

CEPROL em AÇÃO



**PAZ
NAS
ESCOLAS**

PÁGINAS 14 a 18

**PARALISAÇÃO
EM DEFESA
DA EDUCAÇÃO**

PÁGINAS 24 e 25

**DEFESA
DAS
APOSENTADORIAS**

PÁGINA 28



LUTE JUNTO COM O CEPROL

CEPROL
SINDICATO DOS PROFESSORES MUNICIPAIS LEOPOLDENSES

CAMPANHA NACIONAL (DIREITO À) EDUCAÇÃO
CONFETAM
CUT BRASIL
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES

A LUTA É COLETIVA

É na unidade, na diversidade e na resistência
que defendemos a educação pública e
garantimos direitos para todas e todos

FILIA-SE AO CEPROL SINDICATO

A 4ª Edição da Revista CEPROL em Ação chega às mãos da categoria em um momento de intensa mobilização, mas também de celebração das lutas e união que nos trouxeram até aqui.

Este é um registro vivo dessa trajetória coletiva. Das escolas às ruas, das assembleias à paralisação, das negociações municipais às grandes lutas nacionais, nossa revista é, acima de tudo, um espelho do que somos: um sindicato que não se limita à pauta salarial, mas que entende a educação como um direito e um campo de disputa política, econômica e cultural. Por isso, tratamos com a mesma seriedade a defesa dos serviços públicos de qualidade, a paz e o respeito nas escolas, a luta feminista e antirracista, a pauta LGBTQIAPN+, a saúde mental docente, a defesa das aposentadorias e a resistência contra reformas que precarizam a educação pública e sobrecarregam a categoria.

Esta edição traz análises, dados, depoimentos e imagens que contam uma parte dessa história. Esperamos que ela sirva não só como memória, mas como combustível para os próximos passos.

Seguiremos com o mesmo propósito: Unidade na Diversidade, luta com consciência de classe e compromisso com o bem comum.

Agradecemos a todas e todos que escreveram essa história no cotidiano escolar e nas lutas em defesa da educação pública, da valorização docente e de um futuro com justiça social. O CEPROL Somos Nós!

Boa leitura!



GESTÃO 2022-2026 | UNIDADE NA DIVERSIDADE

Presidenta: Cristiane Maria Mainardi | Vice-presidenta: Rosi Lopes Petersen | Tesoureiro: Felipe Diego da Silva | 2º Tesoureiro: Fábio Luiz Fontes Martins | 1ª Secretária: Daisy Falconi | 2ª Secretária: Patrícia Regina Rodrigues Guterer | Suplentes: Marmy Luzy Margorett da Silva | Camila Cristina da Silva | Simone da Silveira | Lucia Geoseli Brizola | Carolina Gomes Matsdorf Correa | Cristiano Moraes Nunes | Auxiliar administrativa: Greice Coimbra

REDAÇÃO: Cristiane Mainardi; Felipe Diego da Silva; Marta Bringmann; Rosi Petersen
DESIGN GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO: Pedro Kötz

TIRAGEM: 1000 exemplares
Impressos Portão (São Leopoldo – RS)
ENDEREÇO CEPROL: Rua Primeiro de Março, 113 – Sala 802
CEP: 93010-010 – Centro – São Leopoldo (RS)
Telefone: (51) 99378-1262 | E-mail: ceprolsindicatovivo@gmail.com

	4-5	PALAVRA DA PRESIDENTA PALAVRA DO TESOUREIRO
	6-7	ANDANÇAS DE LUTA A linha do tempo de 2025
	8	CAMPANHA SALARIAL Em defesa da Educação Pública
	9 a 13	LUTAS DO CEPROL Antirracismo e Luta das Mulheres
	14 a 18	PAZ NAS ESCOLAS Basta de violências!
	19 a 21	SAÚDE MENTAL Por Lúcia Brizola
	22-23	LUTA LGBTQIAPN+ Por Fábio Fontes Martins
	24-25	PARALISAÇÃO 2025 Contra o teto de gastos e reforma da previdência
	26-27	MUNDO Coluna política
	28 a 31	REFORMA DA PREVIDÊNCIA IAPS e reforma administrativa
	32 a 33	ALÉM DAS FRONTEIRAS Porque a luta é coletiva
	34 a 39	LUTAS SINDICAIS CEPROL na luta
	40 a 41	DICAS CULTURAIS
	42 a 43	ATUALIDADES
	44 a 47	ATIVIDADES DE FINAL DE ANO E CEPROL NA MÍDIA

Em defesa do bem comum: UMA LUTA COLETIVA!

Historicamente, os sindicatos organizam a classe trabalhadora na luta coletiva por direitos. A luta contra a exploração do capital continua na atualidade, mas o atual capitalismo é o neoliberal, que não se restringe apenas à esfera econômica, mas atravessa todas as dimensões da vida humana. No neoliberalismo, toda a sociedade é concebida como “mercado” e a vida conduzida por princípios e interesses empresariais. O *homo economicus* de hoje é um capital humano, um empreendedor de si mesmo que está sendo governado em seus corações e mentes, ficando individualizado, um/a trabalhador/a sem tempo para pensar e muito menos criticar. A polarização e o ódio à política desvia nosso olhar dos reais objetivos do mercado financeiro, que se utiliza da política para governar de acordo com os seus interesses e fazer leis em benefício próprio.

A resistência ao capital exige participação na política, estar muito atento/a em quem elege, acompanhando seu trabalho para que se defenda os interesses do povo, da coletividade, e não das elites econômicas. Hoje, a maioria do Congresso Nacional é inimigo do povo, não defende os interesses coletivos, mas do capital. O parlamento se organiza junto aos setores financeiros para atacar os serviços públicos. O que está em disputa é o dinheiro dos recursos públicos, deste bem comum que a população sustenta com o pagamento de impostos. Alertamos sobre a Reforma Administrativa que tramita no Congresso Nacional, pois ela está propondo uma verdadeira destruição dos serviços públicos e atingirá justamente quem mais precisa deles, a população. A narrativa construída de modernização e equilíbrio fiscal é uma falácia, pois os ajustes são somente sobre a retirada de direitos de servidores/as da linha de frente, excluindo os altos escalões. Discursos contra os serviços públicos são estratégias para enfraquecer esse setor, que tenciona pela garantia de direitos fundamentais e garante certa justiça social. Estamos vendo esses reflexos na Câmara de Vereadores de São Leopoldo com a aprovação do Teto de Gastos que reduz investimentos nos serviços públicos.

Precisamos resistir coletivamente contra as investidas do capital à nossa subjetividade e à nossa vida. O CEPROL conclama a sociedade para a unidade da coletividade na luta pelo bem comum. Defenda os serviços públicos e a escola pública! Exija do/a parlamentar que você elegeu que se posicione à favor do povo e defenda os serviços públicos. Em 2026, antes de votar em qualquer candidato/a, pesquise como se posiciona em relação aos serviços públicos ou se está a serviço do capital, pois como representantes do povo tem a obrigação de defender os interesses em comum. A luta pelo Bem-comum é a defesa dos serviços públicos, pois se é público é de todos/as!



O Estado de Bem-Estar Social: uma promessa não cumprida

Por Felipe Diego da Silva*

O Estado de Bem-Estar Social, criado em 1980 na Alemanha, prometendo garantir direitos fundamentais, está em xeque. A implementação desse modelo se intensificou pós-revolução Russa. As classes dominantes nos seus estados capitalistas, diante do medo que os trabalhadores buscassem a saída pelo comunismo, se viram obrigada a reconhecer muitas reivindicações criando o que chamamos de direito positivo, ou seja, direitos mínimos: saúde, educação, previdência, trabalho digno, moradia, etc.

No Brasil, apesar desse modelo não entregar tudo o que prometeu na própria Constituição de 1988, houve conquistas e avanços importantes. Mas o que temos visto nos frequentes ataques à previdência, aos direitos trabalhistas e aos serviços públicos prestados à população sob a alegação, dos que mais beneficiam com o Estado, de que há gastos excessivos. Vide, por exemplo, a tão aclamada, pela mídia que representa a elite econômica, a proposta de Reforma Administrativa (PEC 38) que na prática é menos estado para o trabalhador e mais para o mercado. O que temos visto aqui é o que se vê pelo mundo. É um ataque do capitalismo aos direitos conquistados a duras penas. Há em escala mundial uma redução de impostos para as grandes empresas e cortes na área social. É uma verdadeira guerra contra a classe trabalhadora em escala mundial. Mesmo em países ricos, como os EUA, temos 37,9 milhões de pessoas que vivem abaixo da linha da pobreza. Enquanto isso, a diminuta população de bilionários tem aumentado cada vez mais sua fortuna.

No capitalismo a luta por lucro é incessante, para isso é necessário cortar direitos. Vemos isso na desre-

gulamentação das leis trabalhistas, na retirada de direitos previdenciários, no frequente assédio às verbas e ao patrimônio públicos. Como o capital é internacional, as coisas têm ocorrido com a mesma lógica em outros países. Aliás, é justamente a lógica do centro do capital que se implanta no Brasil e em outros países periféricos. Alguns trabalhadores pagam inclusive com suas vidas. Exemplo televisionado disso, é o caso do povo palestino. O modelo econômico em que vivemos é uma máquina de crises em busca de constante evolução do lucro que, não tendo para onde crescer acaba tendo de esmagar, literalmente em alguns casos, a classe trabalhadora. Não é à toa a declaração de guerra de Trump contra imigrantes e o crescente aumento de investimento em armas na Europa sob a exigência dos EUA. Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia, anunciou 800 bilhões de Euros em 2025 para rearmamento, enquanto a mesma União Europeia defende corte de gastos sociais.

Com isso, podemos dizer que o estado de Bem Estar Social não tem conseguido garantir o que promete nessa lógica do capitalismo. Assim como no resto do mundo, temos visto nossos direitos serem retirados. Enquanto a explicação for na lógica da normalização de acúmulo irrestrito de riquezas dificilmente conseguiremos grandes avanços. É preciso mudar essa lógica que no Brasil, por exemplo, os 1% mais ricos detêm 63% da riqueza. A naturalização desse discurso criado impede que essas desigualdades se desfaçam minimamente e que aceitemos resignadamente a retirada de direitos. O discurso do capital tem se tornado cada vez mais agressi-



*Diretor do CEPROL no cargo de 1º Tesoureiro.

vo contra mulheres, negros, imigrantes e até mesmo aos sindicatos com o avanço da extrema direita.

A classe trabalhadora tem que ter como referência a luta incondicional por suas aspirações. O que exige organização independentes de qualquer compromisso com quem fere os direitos para a manutenção de privilégios. Nos momentos de crise, os primeiros a serem sacrificados em nome da rentabilidade são os mais pobres que dependem da sua força de trabalho. Para isso, é importante exigir dos governos, seja de que partido for, que respondam aos trabalhadores, não ao mercado e aos ricos. A crise criada pela busca de um lucro infinito num mundo finito, não pode ser resolvida à custa do esmagamento dos mais pobres. Precisamos avançar! É fato que precisamos de reformas, mas essas devem garantir direitos à classe trabalhadora e não que os destrua como tem ocorrido.

Andanças de Luta

Dezembro de 2024

Festa Mistérios



- **Férias coletivas**
- Defesa do piso (ofício entregue a nova administração)
- Sem anistia para golpistas

Janeiro

2025

- 8M com atividades em SL juntamente com o Fórum de Mulheres
- Debates e construção coletiva da pauta de reivindicações da categoria
- Lançamento do Programa Sala de Professoras na Rádio Berlinda



Fevereiro

- Encontro do Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação em SP
- Planejamento estratégico da diretoria
- Crise Climática/Calor extremo: CEPROL pede providências junto à SMED e CME



Março

Abril

- Campanha Salarial: Em defesa da educação pública e valorização da docência
- Luta pela Data-base “Data-base é Lei!” e conquista do piso na carreira e do cargo de orientadora educacional
- 4º Congresso da CONFETAM 2025 “Superando desafios, protegendo direitos: a luta dos municipais em tempos de ataques” Beberibe
- Marcha da Classe trabalhadora em Brasília “Valorização para quem faz o serviço público”

Maio



Junho

- 10 ANOS DA GREVE 2015
- Semana de ação mundial: Live: “O novo Plano Nacional de Educação”
- Transição energética e mundo do trabalho
- 1ª Conferência Regional LGBTQIAPN+
- 1ª Marcha da nacional de trabalhadores e trabalhadoras LGBTQIAPN+
- 5ª Conferência de políticas públicas para as Mulheres

Julho

- I Encontro de Educação CONFETAM
- Lançamento do Plebiscito Popular
- 25 anos CONFETAM e Planejamento estratégico da diretoria no ABC São Bernardo do Campo SP
- Ato: “O Povo Não Vai Pagar A Conta” pela Taxação dos Super-Ricos, pela Isenção de Impostos de Renda para quem recebe até R\$5.000, contra a Escala 6x1
- Planejamento do CEPROL

Agosto

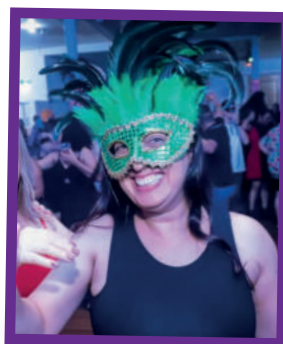
- SUBRAC ISP SP
- PLENÁRIA CUT/RS: “A vida não tem hora extra: novos tempos, novos desafios”
- Dia nacional de mobilização: “Brasil soberano” fim da escala 6x1, isenção para quem ganha até R\$ 5000, taxaço dos super ricos, redução da jornada, fim do genocídio em Gaza, contra a pejetização irrestrita
- Dia nacional de mobilização contra a Reforma Administrativa
- Na pressão contra a PEC 66

Setembro



Outubro

- Gestão Democrática: eleição dos conselhos escolares
- Campanha dos Sindicatos em Rede “Defender o Serviço Público é Cuidar de Você”
- 7ª Plenária Nacional da CUT
- Marcha contra a Reforma Administrativa
- Luta contra o Teto de Gastos Municipal



Novembro

CEPROL FEST

- Baile de Máscaras “Quem é você?”
- Luta contra a reforma administrativa municipal
- Eleição para Conselho de Administração do IAPS
- Seminário sobre Direitos Sindicais da ISP
- Reunião da Direção Nacional da CONFETAM
- Férias

Dezembro

- Gestão Democrática: eleição das equipes diretivas
- Mobilização nas escolas para paralisação
- Assembleia de Mobilização
- **Paralisação (18/11)**
- Vigília na Câmara de Vereadores
- Marcha Nacional das Mulheres Negras
- Passeio das Aposentadas
- Celebração da derrota da ALCA (Acordo de Livre-Comércio das Américas)

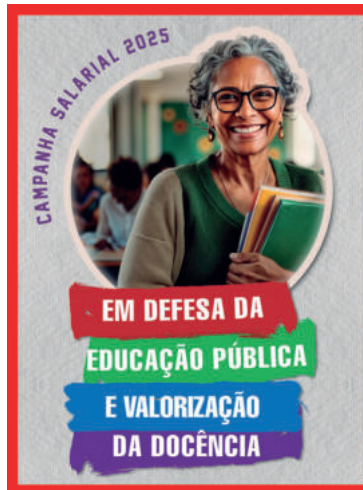


Em defesa da educação pública e valorização da docência

Após anos de mobilização, o magistério municipal garante a aplicação do Piso Nacional nos níveis da carreira

A Campanha Salarial de 2025 do CEPROL não foi apenas uma negociação por percentuais de reajuste, mas a continuidade da luta pela concepção pelo Piso do Magistério aplicado na carreira. Junto ao sindicato, a categoria obteve uma vitória histórica de garantir a aplicação do Piso na carreira inicial (nível 1\letra A) da tabela salarial constante no Plano de Carreiras (Lei Municipal nº 6573\2008). O reajuste foi de 1,7% retroativo a janeiro de 2025, o índice de 5,48% referente ao IPCA acumulado em 12 meses na data-base (10/04), conforme o Estatuto do Servidor Lei Municipal nº 6.055/2006, pago em duas parcelas RETROATIVAS de 2,74% (abril e dezembro) e o aumento de 15% no Programa de Alimentação. Mesmo com o parcelamento do reajuste, nossa luta garantiu a retroatividade dos índices na Data-base. Essas conquistas foram forjadas na organização coletiva do sindicato com a constante mobilização da categoria.

Porém, apesar de diversas mesas de negociação das pautas específicas, muitas delas acordadas na campanha salarial não tiveram avanços: não houve a revisão da tabela salarial para outros níveis; não houve



encaminhamentos para o cargo de professora de Educação Infantil de 25h; não se debateu sobre um plano de saúde mais acessível; não foi apresentada a minuta para a regulamentação da dispensa para consulta e exames; não tivemos nenhum debate sobre a regulamentação das licenças previstas no Estatuto dos Servidores para professores com convocação; o CEPROL não integrou a comissão do concurso; não teve estudos do impacto financeiro para aumento das funções gratificadas; não estão sendo feitos os debates junto ao CEMEI/NAPPI sobre o processo de inclusão e não temos conhecimento de qualquer estudo técnico para a instalação de energia solar nas escolas.

A vitória do Piso e da Data-base de 2025 deixou claro que direitos previstos em lei precisam ser defendidos na prática, pois representam avanços importantes na busca pela valorização docente. Nossa resistência deve ser permanente, mantendo nossa união na luta por uma educação pública de qualidade.

Concurso Público

Na Campanha Salarial 2025, o CEPROL destacou a necessidade urgente da realização de Concurso Público, alertando sobre as condições de trabalho dos/as docentes nas escolas e a qualidade da educação. O concurso não saiu em tempo hábil para se iniciar o ano letivo de 2026 com professoras/as estáveis. O Concurso Público é necessário para melhorar a qualidade do atendimento e do ensino, além de assegurar direitos e melhores condições de trabalho às educadoras. Além disso, o concurso é necessário para manter a saúde financeira do nosso IAPS, já que contratos temporários não contribuem para o Regime Próprio de Previdência, ou seja, não auxiliam no equilíbrio das contas e na garantia das aposentadorias. A educação não pode esperar:

Concurso Público Já!

MULHERES DE LUTA MUDAM O MUNDO



1968 - Atrizes durante a passeata dos cem mil, em protesto contra a ditadura militar no Brasil, no Rio de Janeiro

NOS QUEREMOS VIVAS!

Historicamente, mulheres se organizam em luta pela vida, por dignidade, igualdade de gênero, justiça e direitos sociais. Muito já foi conquistado. Porém, a desigualdade de gênero validada socialmente, pelas legislações e pelas instituições, reflete ainda hoje em uma cultura machista de opressão e violência às mulheres.

O atual cenário de violência contra a mulher no país remonta uma tradição patriarcal, que impõe hierarquias estruturais, mantendo as mulheres em uma situação de subordinação aos homens. O aumento dos casos de agressão e dos feminicídios reflete um agravamento das violências a que as mulheres estão

expostas e um dos principais fatores é a forma como a sociedade têm resistido e recusado a ampliação dos direitos das mulheres. As mulheres precisam estar unidas em luta coletiva no enfrentamento ao ódio e à misoginia, pela visibilidade da problemática de gênero enfrentada, pela construção de políticas públicas que ataquem as desigualdades através de políticas afirmativas e antidiscriminatórias da posição da mulher na sociedade. O CEPROL tem uma história de luta das mulheres e seguimos mobilizadas por uma sociedade mais justa e igualitária. Mulheres unidas em luta podem mudar o mundo!

Nos queremos vivas!

Mulheres de luta em movimento



8M | O mês de Março foi marcado pela força da luta das mulheres com diversas iniciativas que reforçam o protagonismo feminino na educação. Participamos da Caminhada das Mulheres, organizada em parceria com o Fórum de Mulheres de São Leopoldo. A caminhada tomou as ruas da Avenida Independência, no centro da cidade, reunindo diversas entidades, como associações de bairro, cozinhas solidárias, lideranças políticas e coletivos feministas. “É lindo de ver nós todas juntas aqui. Para além da alegria de estarmos reunidas, precisamos ratificar nossa luta todos os dias e mostrar nossa força, porque nossas lutas são importantes.”, afirma a dirigente do CEPROL, Simone Silveira, na abertura da Caminhada. As participantes reforçaram a necessidade de combater a violência de gênero. “Nós estamos sempre reivindicando por uma sociedade mais justa e isso perpassa pela luta dos direitos das mulheres. Este ano, o CEPROL se une ao Fórum das Mulheres mais uma vez para lutar por pautas importantes como o fim da escala 6x1, pela prevenção às enchentes e em defesa do Estado Laico.”, afirma a presidenta do CEPROL, Cris Mainardi, durante a caminhada.

Encontro Nacional do Comitê de Mulheres da Internacional dos Serviços Públicos (ISP Brasil), em Brasília, nos dias 26 e 27 de maio. O evento teve como tema central a luta pela ratificação da Convenção nº 190 da OIT, que trata da eliminação da violência e do assédio no mundo do trabalho, e o fortalecimento da Política Nacional de Cuidados (Lei 15.069/2024). A atividade reuniu lideranças sindicais de todo o país para debater estratégias e ações de combate à violência de gênero, bem como para discutir a implementação da Política Nacional de Cuidados nos estados e municípios, que vem como uma necessidade: pensar, ao mesmo tempo, em quem precisa de cuidados e em quem cuida. A presidenta Cris Mainardi denunciou, a nível nacional e internacional, o avanço da violência de gênero que sofrem as docentes nas escolas. Durante o Encontro do Comitê de Mulheres da ISP, foi entregue no Congresso Nacional uma carta pela ratificação da Convenção nº 190 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). É o primeiro tratado internacional a reconhecer o direito de todas as pessoas a um ambiente de trabalho livre de violência e assédio. O Brasil ainda não ratificou o acordo, que depende de aprovação do Congresso Nacional e a carta entregue cobra urgência nesse processo, destacando o agravamento dos casos de assédio moral e sexual, especialmente entre as mulheres trabalhadoras. A entrega do documento em Brasília reforça o compromisso do CEPROL com a pauta internacional dos direitos das trabalhadoras e marca mais um passo na luta contra a violência, por justiça social, equidade de gênero e trabalho digno.



Encontro Nacional de Combate ao Racismo, à Xenofobia e a todas as formas conexas de discriminação e intolerância, promovido pelo Comitê da ISP no Brasil e da Marcha das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver

As dirigentes do CEPROL, Daisy Falconi e Patrícia Guterer, estiveram em Brasília, nos dias 24 e 25 de novembro, participando da luta contra o Racismo, à Xenofobia e a todas as formas conexas de discriminação e intolerância, promovido pelo Comitê da ISP no Brasil e da Marcha das Mulheres Negras por Reparação e Bem Viver. Refletindo sobre o espírito de união essencial para transformar a realidade, a dirigente Patrícia Guterer compartilhou uma metáfora poderosa: “Somos gotas, quando separad@s, mas junt@s somos águas, somos mar”. Daisy Falconi destaca a energia que deu o pontapé inicial para um dia dedicado a luta contra todas as formas de discriminação: “Na abertura do Encontro Nacional de Combate ao Racismo, tivemos um AQUILOMBAMENTO* com a presença de representantes de vários países latinos, uma dinâmica de acolhimento, apresentações e conexão. Tivemos um dia cheio de trocas, aprendizagem e fortalecimento na preparação para a Marcha das Mulheres Negras”. A Marcha das Mulheres Negras, que carrega um legado ancestral, proje-

ta um futuro onde Reparação e Bem Viver sejam uma realidade para todas, todos e todes. É um processo contínuo de transformação social, de concretização de um novo futuro onde o acesso à saúde, educação, moradia, bem-estar, sonhos e oportunidades seja universal, onde todos os povos tenham autonomia e respeito e onde nossos direitos, vozes e presenças sejam inegociáveis. A participação das representantes do CEPROL reforça o compromisso histórico da entidade com as pautas antirracistas e de direitos humanos. Ao se colocar na vanguarda dessas discussões e ações, o CEPROL assume seu papel não apenas de denunciar as injustiças, mas também de construir ativamente soluções efetivas contra toda forma de discriminação.

Aquilombamento é o processo de reunião e fortalecimento de pessoas negras, inspirando-se nos quilombos históricos como espaços de resistência e liberdade, mas aplicado hoje para criar conexões de afeto, ancestralidade, cultura e luta contra o racismo, visando cura, empoderamento e resgate de identidade. É uma prática de resistência material e imaterial que resgata a história e constrói um futuro de protagonismo.

5ª Conferência Municipal de Políticas para as Mulheres de São Leopoldo

O evento reuniu mulheres de diferentes movimentos, coletivos e órgãos públicos para discutir políticas de proteção, promoção de direitos, democracia participativa, defesa do meio ambiente e combate às violências. Na oportunidade, a Presidenta do CEPROL, Cris Mainardi, levou a Campanha Basta de Violência nas Escolas, destacando que as violências sofridas pelas professoras no ambiente escolar, são fruto do machismo e da desigualdade de gênero, uma vez que, nossa categoria é majoritariamente feminina. Este foi um espaço fundamental de debate

e construção do feminismo e da igualdade de gênero. O CEPROL participou ativamente da organização e das discussões, destacando a importância da educação na promoção da equidade de gênero e no combate à violência contra a mulher em todos os espaços, inclusive no local de trabalho. A direção destaca a importância do Fórum de Mulheres, do Conselho Municipal de Política para Mulheres de São Leopoldo (COMDIM) e a Secretaria de Políticas para as Mulheres (SEPOM), na construção de políticas municipais que promovam a igualdade de gênero e a mitigação das violências.

NÃO BASTA NÃO SER RACISTA É PRECISO SER ANTIRRACISTA

Para além do calendário: aplicação da Lei 11.645/2008. | Por *Daisy Falconi e *Patrícia Guterer

“Somos gotas,
quando
separad@s.
Mas junt@s
somos águas,
somos mar.”



A história do nosso país tem muito a reparar com os povos indígenas, que tiveram suas terras invadidas, seus corpos assassinados, violentados e suas histórias apagadas ou interrompidas. Assim como o povo negro, cujos ancestrais foram trazidos à força para terras desconhecidas, submetidos a trabalhos forçados e tratados como mercadorias: corpos objetificados, explorados e maltratados. A história do povo negro também foi apagada, pois raramente se registraram as origens e trajetórias desses povos.

Após muitas lutas, revoltas e leis “para inglês ver”, chegou-se em 1888, finalmente a tão esperada abolição. No entanto, ela ocorreu sem qualquer tipo de reparação, compensação ou apoio aos então recém-libertos, que dirá aos povos originários. O que lhes restou? As ruas, os cortiços, os morros e o trabalho em troca de comida ou de míseros trocados.

Mais de um século depois, conquistou-se a aprovação da Lei 10.639/2003, um marco para a educação brasileira ao tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira nas escolas. Anos depois, a Lei

11.645/2008 ampliou esse direito, incluindo também a valorização da cultura e história indígena. No entanto, ainda hoje, ambas as leis são lembradas apenas no mês de abril e novembro, muitas vezes por meio de atividades descontextualizadas e superficiais.

Falar sobre essas leis não deve ser um compromisso de um único mês, mas uma prática constante, presente ao longo de todo o ano letivo. Valorizar as culturas afro-brasileira e indígena é reconhecer nossas origens, combater o preconceito e construir uma escola verdadeiramente inclusiva. Mais do que cumprir uma norma, é preciso viver o que ela representa: respeito, identidade e valorização da diversidade.

A falta de cumprimento efetivo das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008 tem diversas causas interligadas, como: falta de formação continuada dos professores; ausência de apoio institucional; materiais didáticos limitados ou estereotipados; racismo estrutural e invisibilização histórica; tratamento pontual e não contínuo da temática (em geral restrito a datas comemorativas); falta de acompanhamento e políticas públicas eficazes.

Sugestões de atividades para a prática pedagógica ao longo do ano letivo:

Linha do tempo da resistência

Criação coletiva de uma linha do tempo destacando marcos históricos das lutas indígenas e negras no Brasil, relacionando-os com o presente e com a realidade local dos estudantes.

Biografias

Estudo de personalidades negras e indígenas (como Dandara, Zumbi, Marielle Franco, Ailton Krenak, Sônia Guajajara), com produção de textos, murais ou podcasts sobre suas contribuições.

Mapas culturais

Construção de mapas que indiquem a presença e influência das culturas afro-brasileira e indígena na culinária, língua, religião, música e arte do município ou da região.

Oficinas artísticas e culinárias

Oficinas de capoeira, danças afro, pintura corporal indígena, culinária tradicional ou confecção de instrumentos musicais, promovendo vivências culturais e respeito à diversidade.

Leitura e contação de histórias

Utilização de lendas indígenas e literatura afro-brasileira infantil e juvenil (como obras de Conceição Evaristo e Daniel Munduruku) para estimular a empatia e a valorização das narrativas de origem.

Projetos interdisciplinares permanentes

Desenvolvimento de projetos que integrem História, Arte, Língua Portuguesa, Ciências e Geografia, com ações ao longo de todo o ano, e não apenas em datas específicas.

Parcerias e escutas comunitárias

Convidar representantes de comunidades quilombolas e indígenas locais para compartilhar saberes e vivências, fortalecendo o diálogo entre escola e comunidade.



*Daisy Falconi

Dirigente do CEPROL, formada em Pedagogia, supervisão escolar e anos iniciais, Especialista em Orientação Educacional.

*Patrícia Guterer

Mulher cristã, negra, formada em pedagogia, dirigente do CEPROL com atuação na luta contra todas as formas de racismo e preconceitos.

Cumprir as leis vai muito além de obedecer a uma norma: é reconhecer a diversidade como parte essencial da identidade brasileira. Superar essas dificuldades exige formação docente contínua, apoio pedagógico, materiais adequados e vontade política — políticas públicas efetivas que transformem a escola em um espaço de resistência e pertencimento. Somente assim a escola poderá ser um espaço de resistência, valorização e respeito à história de todos os povos que construíram o Brasil.

BASTA DE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS: A PAZ COMEÇA COM RESPEITO

Violência nas escolas: escuta/percepções das/dos docentes através da Estatística

Por Fábio Luiz Fontes Martins*



A violência nos espaços escolares é um tema emergente, que perpassa por problemas de toda ordem, para além do campo da educação, constituindo em uma complexa rede de saberes, sobretudo considerando as percepções dos professores (Campos, 2021).

*CAMPOS, M. E. A. de L. A TESSITURA DA VIOLÊNCIA: MOTIVAÇÃO E MANIFESTAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR. 2021. 121 f. Tese (Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências: Química da Vida e Saúde) , Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2021 ¹

Considerando este fato, em 2025, o CEPROL promoveu uma campanha para conscientização de um olhar pela sociedade para a violência nas escolas, que foi suscitada pelos meios de comunicação em geral, quando pautaram os episódios de violência ocorridos em ambiente escolar no Brasil. Nesse sentido, uma das ações do CEPROL foi a iniciativa de promover uma pesquisa para averiguar entre as/os docentes da Rede Municipal de São Leopoldo suas percepções sobre a violência nas escolas. Tal pesquisa foi discutida, planejada e implementada pela diretoria do CEPROL, indo ao encontro com a pesquisa de doutorado em andamento de Fábio Luiz Fontes Martins, do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Os dados foram coletados através de um formulário com 24 ques-

tões, com variáveis quantitativas e qualitativas, que foi divulgado nas escolas. Após o prazo de divulgação e coleta, tivemos 172 docentes que optaram por responder o formulário, que consideramos uma boa amostra, pois foram contempladas 49 escolas onde pelo menos um/a docente participou, mostrando um quadro de percepção dos docentes da rede municipal de ensino. Através das análises dos dados qualitativos e

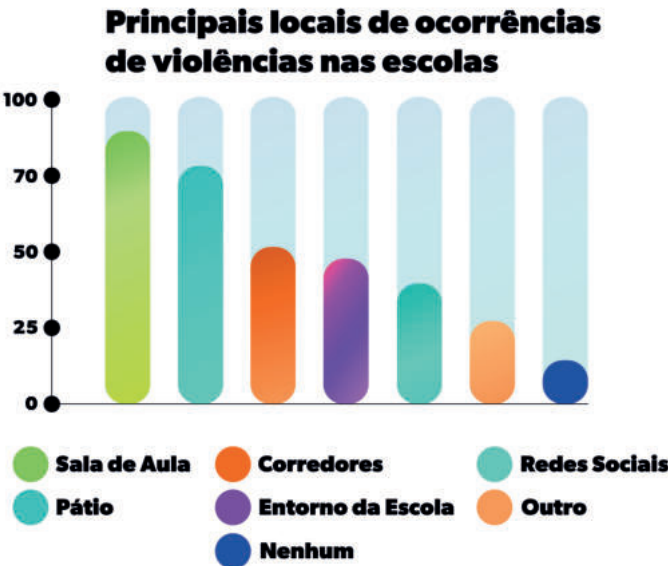
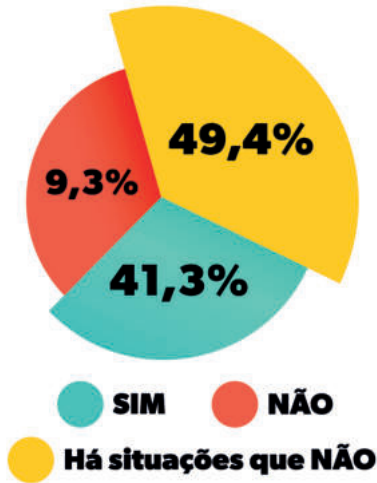
quantitativos, buscamos construir um quadro da realidade para subsidiar futuras ações do sindicato quanto a proposição de ações. O CEPROL constitui-se como um sindicato que sempre defendeu a alta formação da classe docente, fato corroborado através da amostra, mostrando que 77,9% das/dos docentes possuem Especialização, conforme podemos observar no gráfico de barras da Figura 1.



Figura 1

Dentre as perguntas da pesquisa, consideramos a que mais marca a percepção dos docentes quanto a violência da escola, é a que pergunta sobre sentir-se seguro na escola, onde tivemos 41,3% que responderam que se sentem seguros. No entanto, este dado revela que 58,7% não se sentem seguros - que corresponde a 9,3% que não se sentem seguros e 49,4% que consideram que há situações que não se sentem seguros. Neste sentido, os dados da amostra revelam-se importantes para suscitar mobilizações que fomentam a segurança no ambiente escolar, tanto pela comunidade escolar como por parte da Secretaria Municipal de Educação (SMED), com ações de formação e acolhimento de toda comunidade escolar quanto a cultura de paz, cooperação e solidariedade nas escolas.

Você se sente seguro/a na escola



No que tange aos espaços escolares que ocorrem violências, podemos observar pela produção de dados, que a sala de aula ainda constitui-se como o lugar onde ocorrem a maior incidência de violências. Através do gráfico de frequência a seguir, tivemos 90 respostas que consideram a sala de aula como o lugar que mais ocorrem situações de violência, seguido do pátio da escola, com 79 respostas.

Compreendemos que a pesquisa mostra-se como um importante e viável instrumento que constitui uma das muitas formas de escuta da classe docente, registrando o compromisso do Ceprol Sindicato de ouvir e estar junto da comunidade escolar, suscitando ações e reivindicando políticas públicas para a Administração Municipal, no intuito de melhorar cada vez mais os espaços de trabalho de todas/os servidoras/es municipais da educação, reafirmando um dos nossos lemas: O CEPROL somos todos nós!

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Matemática da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PP-GEMAT/UFRGS). Professor de Matemática da Rede Municipal de São Leopoldo. Pesquisa a Matemática/Estatística e o Letramento Estatístico como mobilizadores políticos na sociedade.

Quando a autoridade do professor é desafiada: impactos na escola pública, na saúde mental docente e na educação

Por ROSI PETERSEN*

No trabalho do sindicato tornou-se cada vez mais comum relatos de professores/as que se sentem acuados/as diante de um fenômeno preocupante: pais que acreditam que seus filhos estão sempre certos e que, diante de qualquer correção ou repreensão docente, transformam a escola em um palco de conflitos. Essa inversão de papéis tem fragilizado a autoridade docente, comprometendo o ambiente escolar e afetando profundamente a saúde mental dos educadores.

Historicamente, o/a professor/a tinha grande respeito social e essa confiança está enfraquecida hoje. Em muitas das nossas escolas municipais, docentes relatam ser desautorizados/as por pais na frente dos filhos, o que não apenas constrange, mas desestabiliza a relação pedagógica. O resultado é uma sala de aula onde regras e limites se tornam frágeis, dificultando a aprendizagem coletiva.

A crença de que o aluno deve ser sempre defendido, mesmo quando erra, a princípio parece proteção, mas impede que crianças e adolescentes aprendam a lidar com frustrações e responsabilidades. Na escola pública, onde a diversidade de realidades sociais impõe desafios enormes, a ausência da autoridade docente agrava ainda mais a indisciplina e a dificuldade de ensino. Esse cenário recai de forma intensa sobre os docentes da rede pública, que já lidam com turmas numerosas, falta de infraestrutura e carência de recursos pedagógicos. Muitos relatam medo de aplicar regras ou de adotar uma postura mais firme, receando ser mal interpretados. O desgaste é enorme: professores acabam consumindo energia não só para ensinar, mas para se defender de possíveis acusações. O resultado é o aumento dos casos de Burnout, depressão, ansiedade e afastamentos por licença saúde, que hoje se tornaram realidade comum nas escolas públicas.

O debate sobre esses conflitos muitas vezes se concentra apenas no comportamento de estudantes ou na postura das famílias, mas deixa de lado pontos cruciais: o exemplo dado aos estudantes, quando familiares desautorizam professores/as demonstram que regras podem ser sempre desrespeitadas; o impacto é coletivo, pois toda a turma perde quando o/a professor/a não consegue manter a disciplina; o papel do Estado na ausência de investimento em equipes de apoio — psicólogos, mediadores, orientadores — sobrecarrega o/a professor/a, que precisa lidar sozinho/a com questões que vão muito além do ensino; a desigualdade e a falta de recursos agravam a tensão, tornando conflitos mais frequentes e difíceis de mediar.

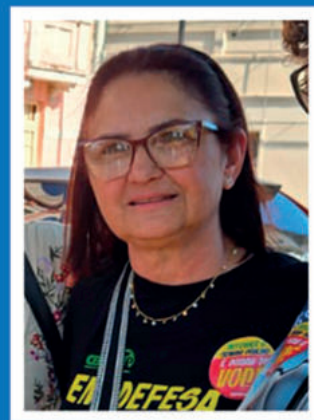
É impossível enfrentar esse cenário sem investimento real na educação pública. Isso significa: garantir salários dignos e condições adequadas de trabalho aos professores;

investir em infraestrutura escolar, assegurando ambientes seguros e preparados para a aprendizagem; ampliar o número de profissionais de apoio, como psicólogos, assistentes sociais e orientadores educacionais; oferecer formação continuada, para que o professor da rede pública esteja preparado para lidar com os desafios contemporâneos da sala de aula; investir na escola pública é investir na democracia, na igualdade de oportunidades e no futuro do país. Sem professores valorizados e sem escolas fortalecidas, o ciclo de desigualdade se perpetua e a sociedade inteira perde.

Para reverter essa realidade, é necessário: fortalecer a parceria entre famílias e escolas públicas, para que não se transformem em lados opostos; restaurar a autoridade pedagógica, reconhecendo que o professor é o pilar da educação pública; exigir políticas públicas robustas, que assegurem apoio psicológico, estrutura e dignidade aos trabalhadores da educação; construir uma cultura de respeito e diálogo, onde disciplina não seja confundida com violência, mas entendida como cuidado e responsabilidade na formação dos alunos.

Desabafo final

Quando pais desautorizam professores e transformam a escola pública em palco de conflitos, não é apenas o/a professor/a que sofre, mas estudantes que deixam de aprender valores essenciais e a sociedade que perde cidadãos/ãs preparados/as para a vida coletiva. Valorizar o professor, cuidar da sua saúde mental e garantir investimento estruturado na educação pública não é um favor: é a única saída possível para assegurar uma escola de qualidade e um futuro digno para as próximas gerações.



*Vice-presidenta do CEPROL Sindicato.
| *Graduada em Pedagogia pela UNOPAR |
| *Pós-graduada em Psicopedagogia/Neuropsicopedagogia pela EDUCINTER e em Educação Especial pela UFSM.

A urgência da paz nas escolas

Diante do desafio de enfrentar o aumento de ataques e violências contra professores/as, o sindicato denunciou essa realidade através da campanha “Em defesa da Educação Pública: Basta de Violência nas Escolas”. Buscamos as mídias locais, emitimos carta à população e

usamos a Tribuna da Câmara de Vereadores, cobramos ações de proteção junto a administração municipal, acolhemos e defendemos cada colegas caso a caso. Mas é preciso compreender essa crise e analisar os combustíveis que a alimentam.

A Desigualdade Social

A escola, que é o poder público mais próximo do dia a dia da comunidade, está inserida no contexto do bairro e é o lugar onde muitos conflitos relacionados à desigualdade social recaem. Professores/as acabam desempenhando o papel de ensinar, educar, dar assistência psicológica, tendo que gerenciar conflitos familiares, de violência doméstica, e tantas outras situações do cotidiano.

O Desmonte dos Serviços Públicos

O cenário de violências é agravado pelo desmonte sistêmico dos serviços públicos. Quando as políticas públicas de proteção social não tem investimento, a população fica desassistida e o reflexo desse sucateamento é sentido na sala de aula, na aprendizagem, na relação com as famílias e no convívio com a comunidade. Esse projeto de sucateamento tem o objetivo de enfraquecer os serviços prestados à população, culpar os trabalhadores (e assim legitimar a retirada de direitos trabalhistas), abrir espaço na opinião pública para o “privatiza que melhora”, e colocar na mão das empresas privadas

tudo o que é público. Nesse projeto de desmonte dos Serviços Públicos está a Reforma Administrativa pautada no Congresso Nacional. A degradação das condições de trabalho fragiliza a categoria docente e abre portas para as violências sobre uma das profissões majoritariamente feminina, refletindo o problema a que as mulheres estão expostas na sociedade. Quando o trabalho é valorizado e protegido, o diálogo com as famílias se torna mais eficaz e confiável. Paz cotidiana significa menos interrupções e mais foco. Equipes estáveis, comunidades protegidas com acesso aos direitos mais básicos elevam a qualidade do ensino e da convivência.

O Machismo

A docência, especialmente na Educação Básica, é uma profissão majoritariamente feminina, e os ataques sofridos por essas mulheres carregam o componente de gênero de forma evidente. A desvalorização do trabalho educacional reflete a histórica desvalorização social do trabalho desempenhado por mulheres. São as mulheres trabalhadoras, profissionais da educação, especialistas com mestrado e doutorado que se dedicam à educação das crianças e jovens do nosso

município. Porém, estamos ficando sobrecarregadas, cansadas, tristes e com medo. Os xingamentos, a intimidação e a tentativa de cercear sua autoridade em sala de aula são manifestações de uma cultura machista que questiona a competência, a credibilidade e o lugar de fala da mulher, mesmo quando ela é a profissional qualificada. A periculosidade e a insalubridade se tornaram sinônimos da nossa profissão. O apagão docente é uma realidade: jovens já não querem este ofício e profissionais estão abandonando a carreira.

O Discursos de Ódio

Esses ataques também tem relação com um contexto de polarização da sociedade e discurso de ódio. Para combater o discurso de ódio e a desinformação, é urgente ações coordenadas entre escolas, governos e plataformas digitais, incluindo campanhas de conscientização sobre o uso crítico da informação e a promoção de fontes confiáveis. A educação midiática é atualização necessária nos currículos, ensinando estudantes a identificar notícias falsas e a refletir sobre o impacto da desinformação. Paralelamente, é essencial que haja mecanismos legais para responsabilizar aqueles que disseminam discursos de ódio e informações falsas.



O CEPROL vem denunciando o desrespeito e a violência de (algumas) famílias contra educadoras em nosso município e fora dele, com o objetivo de conscientizar a sociedade sobre os impactos do desrespeito e das violências na saúde de professores/as, no ensino e na aprendizagem de estudantes. A solução, no entanto, não está na militarização, ou na presença da polícia nas escolas, mas na construção coletiva de uma cultura de paz e respeito. Nesse sentido, apontamos a necessidade do envolvimento das instâncias democráticas das escolas (como os Conselhos Escolares) como espaços coletivos e representativos legítimos para o debate e a tomada de decisões. Envolver as famílias de forma efetiva é fundamental. Criar canais de comunicação abertos, transparentes e frequentes, promovendo reuniões participativas, oficinas e eventos que aproximem pais, mães e responsáveis do cotidiano escolar, para fortalecer a confiança e o senso de corresponsabilidade. A educação deve ser formada por uma rede de proteção que envolve o Estado, a família, a escola, a saúde, a assistência social, a segurança, e outros agentes. Queremos garantir a educação como um direito e a inclusão com qualidade, o que exige recursos públicos em educação: concurso público, bidocência, redução do número de estudantes por turma, construção de novas escolas, aposentadoria e condições dignas e seguras de trabalho.

Um Apelo à Comunidade Leopoldense

É urgente enfrentar o avanço da violência com união e responsabilidade coletiva. A escola é, antes de tudo, um espaço de encontro, de diálogo, de democracia e de transformação. Quando um/a professor/a é agredido/a, a escola é ferida e toda a sociedade sofre, o conhecimento sangra e o futuro se apaga. A paz nas escolas não nasce e se mantém na ausência de conflitos, mas a partir do respeito mútuo, da responsabilidade, do diálogo e do direito de aprender e ensinar. O CEPROL reafirma que garantir a paz nas escolas é tarefa de todos: Estado, famílias, professores, funcionários e estudantes. Porque educar é, também, ensinar a viver junto. E viver junto exige respeito, diálogo e compromisso com o coletivo. A hora de agir é agora.



SE LIGA
DESACATAR
FUNCIONÁRIO
PÚBLICO É CRIME

Previsto no Código Penal - Artigo 331
Pena: multa ou detenção, de seis meses a dois anos

Saúde Mental das Professoras² das Escolas Públicas: Um Desafio Urgente para a Educação

Por Lúcia Brizola³



A Educação como direito social no Brasil existe há pouquíssimo tempo. Antes do processo de democratização do país só tinham acesso ao conhecimento os filhos das famílias da elite burguesa. Hoje é unânime que a Educação é a base de qualquer sociedade e as professoras são os pilares desse sistema. Presente nos discursos políticos e nos planos de campanhas políticas, como uma das principais pautas. No Brasil, as professoras da rede pública enfrentam uma realidade complexa e desafiadora, que tem gerado um impacto alarmante em sua saúde mental. A valorização dessas profissionais transcende o reconhecimento de seu papel intelectual; ela exige a garantia de condições e direitos que preservem seu bem-estar psicológico e emocional, essenciais para a qualidade do ensino e para a sustentabilidade da carreira docente.

Principais Desafios e Fatores de Risco para a Saúde Mental Docente

A rotina das professoras em escolas públicas brasileiras é marcada por uma série de fatores que contribuem diretamente para o estresse ocupacional e o adoecimento mental. Um dos mais proeminentes é o estresse ocupacional, resultado de jornadas de trabalho exaustivas, frequentemente agravadas pela necessidade de lecionar em mais de uma escola ou turnos para complementar a renda. O volume de tarefas não se restringe à sala de aula; inclui planejamento de aulas, correção de trabalhos, reuniões pedagógicas, atendimento a pais e alunos, e o preenchimento de inúmeros e extensos relatórios burocráticos. Além de trabalhar muito, as professoras precisam comprovar tudo o que fazem para gestores e famílias. Se há sucesso, todos comemoram. Se há fracasso, é às professoras que recai a culpabilização.

A pressão por resultados é outro vetor de ansiedade. Com a implementação de avaliações padronizadas e indicadores de desempenho, como o IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), as professoras

sentem-se constantemente pressionadas e cobradas a elevar as notas de seus alunos, muitas vezes sem que as condições socioeconômicas e os desafios de aprendizagem de cada turma sejam devidamente considerados. Os sistemas de avaliação em larga escala avaliam resultados finais, desconsiderando os contextos dos territórios e a responsabilização de todos os envolvidos: estudantes, famílias, professoras e gestores. Somente às professoras é atribuído o fracasso e a culpabilização pelos resultados das avaliações. Essa pressão aliada à falta de recursos e apoio pedagógico, geram sentimento de impotência, frustração e menos valia nas professoras.

As condições de trabalho precárias são um capítulo à parte. Muitas escolas públicas carecem de infraestrutura básica, como salas de aula adequadas, materiais didáticos suficientes, laboratórios e bibliotecas. Nunca escutam as professoras para construir, reformar ou comprar mobiliários para as escolas. O ambiente de trabalho é delas e dos estudantes, mas estes jamais são consulta-

² Teimosamente e por um ato de reconhecimento e valorização, neste texto, contrária às regras da Língua Portuguesa, uso o termo “professoras” quando falo de profissionais docentes, porque somos, em sua infinita maioria, mulheres e porque a Educação, como direito social, em sua construção histórica está impregnado do ser e fazer feminino.

³ Lúcia Brizola é professora pública municipal, líder sindical, psicóloga no SUS, tem 54 anos e é mãe do Pedro Henrique. Desde os 15 anos, quando iniciou a trabalhar como educadora social e passando a professora em 1991, nunca mais se afastou da Educação e da escola pública.

dos quanto à infraestrutura deste ambiente. Poderíamos, a grosso modo, dizer que as professoras nunca são escutadas ou convidadas a falar sobre a Educação. Os gestores e a mídia sempre que tratam da Educação consultam e escutam os especialistas acadêmicos e os empresários da educação, nunca as professoras. Todos afirmam categoricamente que as crianças e os adolescentes de hoje são mais complexos e exigem muito mais das famílias e professoras, mas as turmas continuam superlotadas e as professoras continuam sozinhas para acolherem e darem conta das demandas. A violência no ambiente escolar, seja ela física ou verbal, perpetrada por estudantes, familiares ou membros da comunidade, é uma realidade preocupante que expõe as professoras a situações de risco e temor constante, impactando profundamente sua segurança e tranquilidade. A falta de equipes de

Impacto na Qualidade do Ensino e no Bem-Estar das Professoras

Os desafios mencionados têm um impacto direto e profundo tanto na qualidade da educação oferecida quanto na vida pessoal e profissional das professoras. No que tange à qualidade do ensino, professoras mentalmente exaustas ou doentes têm sua capacidade de inovação, criatividade e empatia comprometida. O esgotamento leva à desmotivação, à dificuldade de engajamento com os estudantes e à adoção de práticas pedagógicas menos inovadoras. A alta taxa de absenteísmo e o elevado índice de rotatividade das professoras, fenômenos comuns na rede pública, fragmentam o processo de ensino-aprendizagem e dificultam a construção de vínculos duradouros com os estudantes. Além disso, a falta de paciência e a irritabilidade, sintomas decorrentes do estresse ocupacional, podem deteriorar o relacionamento professora-estudante, criando um ambiente de sala de aula menos propício ao aprendizado. Professoras toleram o tempo todo a desregulação emocional dos estudantes e suas famílias, mas jamais podem se desregular, pois sofrerão penalidades jurídicas. Das professoras é exigido a desumanização no trabalho. O ambiente de trabalho as adoecce, mas somente a elas são imputadas às responsabilizações. Elas se afastam para tratar-se, mas o ambiente não é tratado. Sofrem, também, o estigma do adoecimento psíquico e do absenteísmo. E ainda, precisam arcar com os custos de tratamentos que envolvem consultas, medicações e

apoio multidisciplinares nas escolas, como psicólogos e assistentes sociais, agrava a situação, deixando as professoras sobrecarregadas com demandas que vão além de suas atribuições pedagógicas. A inclusão dos estudantes com necessidades específicas nas escolas, sem a seriedade e investimento que esta exige, sobrecarrega ainda mais as professoras. Estatísticas de estudos realizados por instituições como a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e diversas universidades brasileiras frequentemente revelam que uma parcela significativa das professoras da rede pública apresenta sintomas de burnout, ansiedade e depressão, evidenciando a gravidade do problema. Estas pesquisas avaliam e preveem um apagação no magistério brasileiro.

psicoterapias. Custos que não cabem no seu orçamento e que não são oferecidos pelos gestores públicos. Em São Leopoldo, as professoras lutam a anos por convênio de saúde que lhes auxilie a dar conta das demandas de saúde ocupacionais, mas ainda não tivemos sucesso.

Para a saúde das professoras, as consequências são ainda mais devastadoras. O estresse crônico pode manifestar-se em problemas de saúde física, como dores de cabeça persistentes, problemas de fala, distúrbios do sono, problemas gastrointestinais e doenças cardiovasculares. No âmbito da saúde mental, os transtornos de ansiedade generalizada, a depressão, a Fibromialgia e a Síndrome de Burnout (esgotamento profissional) são diagnósticos cada vez mais frequentes. O uso de medicamentos para controlar a ansiedade e a insônia torna-se uma prática comum. A vida social e familiar também é afetada, com professoras relatando isolamento, dificuldades de relacionamentos e uma perda gradual do prazer em atividades que antes eram prazerosas. Em casos extremos, a deterioração da saúde mental pode levar ao abandono da profissão ou, tragicamente, a pensamentos suicidas e internações. Estudos da Organização Mundial da Saúde (OMS) sobre ocupações de alto risco de burnout frequentemente incluem a profissão docente, reiterando a universalidade do problema, mas com particularidades intensificadas no contexto brasileiro.

Estratégias de Apoio e Prevenção

Reconhecer a crise na saúde mental das professoras é o primeiro passo; o próximo é implementar soluções eficazes que envolvam as escolas e as políticas públicas

Em nível escolar, é fundamental criar um ambiente de apoio e acolhimento. As escolas podem desenvolver programas de bem-estar que incluam:

Espaços de escuta ativa e acolhimento das professoras;

Responsabilização dos estudantes e das famílias;

Formação continuada com treinamentos que abordam temas como manejo do estresse, inteligência emocional, resolução de conflitos e identificação de sinais de esgotamento em si e em colegas;

Serviço de supervisão pedagógica eficiente que acompanhe e ampare o trabalho pedagógico e a gestão da sala de aula, oferecendo formação continuada e acolhimento necessário;

Redução de carga burocrática, simplificando processos e delegando trabalhos não pedagógicos a outros setores;

Promoção de clima escolar saudável com reconhecimento do trabalho docente, fomento do trabalho colaborativo e comunicação aberta e horizontal com a gestão.

No âmbito das políticas públicas, as ações devem ser mais abrangentes e estruturais:

Investimento em melhores condições de trabalho: Isso inclui a construção e reforma de escolas, a diminuição do número de estudantes por turma, a provisão de materiais didáticos e tecnológicos adequados, o provimento de recursos humanos suficientes e contratados através de concurso público para garantir a continuidade, e criação de políticas eficazes que garantam a segurança no ambiente escolar;

Inclusão responsável e com investimento e organização adequados: Incluir os estudantes com necessidades específicas na escola regular exige responsabilidade do poder público de adequar as escolas com espaços diferenciados para atender as demandas específicas dos estudantes, formação continuada para as professoras, profissionais de apoio aos estudantes e para auxiliar as professoras, definição de número máximo de inclusões por turmas, provisão de materiais adequados para garantir a acessibilidade dos estudantes;

Contratação de equipes multidisciplinares: a presença de psicólogos, assistentes sociais, orientadores educacionais e supervisores pedagógicos suficientes e em tempo contínuo para dar suporte às professoras e estudantes é crucial para lidar com as múltiplas demandas sociais, emocionais e de acessibilidade;

Revisão das políticas de avaliação: criar sistemas de avaliação mais justos e contextualizados, que valorizem o processo de aprendizagem e o esforço das professoras, e não apenas o resultado final;

Plano de carreira e remuneração digna: Valorizar a carreira do magistério, oferecendo salários dignos e perspectivas de desenvolvimento profissional são incentivos necessários que reduzem a necessidade de múltiplas jornadas e aumentam a satisfação na carreira. Além da garantia de aposentadoria digna e justa ao final da carreira;

Programas de prevenção e promoção

da saúde mental com vistas a implementar programas de saúde ocupacional específicos para professoras, com foco na prevenção do burnout e garantia de acesso a tratamento de saúde, pago pelos empregadores. Considerando a nova NR 1 que inclui os riscos psicossociais no ambiente de trabalho, criar o Programa de Gerenciamento de Riscos (PGR), para monitorar as condições no ambiente de trabalho que afetam a saúde mental e o bem-estar das professoras, como metas excessivas, jornadas exaustivas, assédio moral, falta de autonomia e conflitos interpessoais (A norma exige que as mantenedoras identifiquem, avaliem e adotem medidas para prevenir esses riscos, garantindo um ambiente de trabalho mais saudável e seguro. O prazo final para adequação é maio de 2026);

Formação inicial e continuada para inserir a discussão sobre saúde e estratégias de autocuidado na formação inicial das futuras professoras e oferecer formação contínua para atualização das docentes em atuação.

A saúde mental das professoras não é uma questão individual; é um problema coletivo com ramificações profundas para o futuro da educação brasileira. Ao investir no bem-estar dessas profissionais, não estamos apenas protegendo sua saúde, mas também fortalecendo o sistema educacional como um todo e garantindo um futuro mais promissor para as novas gerações. É um investimento essencial que exige a colaboração de governos, escolas, comunidades e da própria sociedade.

1ª Conferência Nacional Livre de Saúde do Trabalhador

A dirigente do CEPROL, Lucia Brizola, participou da 1ª Conferência Nacional Livre de Saúde do Trabalhador, promovida pela Confetam/CUT. O evento virtual debateu os impactos da precarização do trabalho na saúde, como terceirização, vínculos instáveis, adoecimento mental e assédio no serviço público. A Conferência antecipou os debates da 5ª Conferência Nacional de Saúde do Trabalha-

dor (CNSTT). Lucia foi eleita delegada suplente para a etapa nacional e destaca a necessidade de construir soluções para a pauta da saúde mental das categorias, e principalmente, das professoras. “Com o aumento da violência nas escolas e a desvalorização da docência, os casos de depressão, burnout, crises de ansiedade e outros transtornos associados ao ambiente de trabalho vem aumentando dentro das escolas”, afirma.

LUTAS SINDICAIS E DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO: A INSERÇÃO DA PAUTA LGBTQIAPN+ NO CEPROL SINDICATO

Fábio Luiz Fontes Martins⁴

A discussão sobre os direitos da população LGBTQIAPN+ no movimento sindical brasileiro é relativamente recente. Observa-se que, sobretudo a partir de 2018, houve um acirramento de discursos e práticas de violência simbólica e material contra pessoas LGBTQIAPN+, fomentadas por agentes políticos e grupos de posicionamento ultraconservador. Tais discursos repercutiram diretamente no tecido social e, em particular, na classe trabalhadora, reforçando desigualdades históricas no mundo do trabalho.

Nesse contexto, diversos sindicatos, federações e confederações passaram a incorporar, de forma mais sistemática, pautas relativas aos direitos da população LGBTQIAPN+ e ao enfrentamento da LGBTfobia. O CEPROL Sindicato, filiado à Central Única dos Trabalhadores (CUT), insere-se nesse movimento, impulsionado tanto pelas diretrizes da central sindical quanto pela iniciativa da diretoria eleita para a Gestão 2023–2026. A primeira ação institucional ocorreu em outubro de 2023, quando o CEPROL ingressou no Coletivo LGBTQIAPN+ CUT/RS, representado por Fábio Luiz Fontes Martins, membro da atual diretoria do CEPROL.

O Coletivo LGBTQIAPN+ da CUT/RS, coletivo integrante da Secretaria de Políticas Sociais e Direitos Humanos, coordenada pela secretária Luciana Neves Nunes, tem como objetivo promover a discussão, articulação, formação e defesa dessa pauta no âmbito sindical, pautando-se na Secretaria Nacional LGBTQIAPN+ da CUT, que coordena ações de formação política e orientação para dirigentes

sindicais em todo o país.

No campo específico do funcionalismo público municipal, o CEPROL é filiado à Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (CONFETAM), que também mantém um Coletivo LGBTQIAPN+, voltado à defesa de direitos e ao enfrentamento das diversas formas de discriminação no serviço público municipal. Essa dupla filiação fortalece a inserção do CEPROL em redes de mobilização política em nível estadual e nacional.

No processo eleitoral que constituiu a atual gestão, o CEPROL assumiu o compromisso sintetizado no slogan “Unidade na Diversidade!”, entendendo que a luta sindical deve contemplar todas as lutas que atravessam a classe trabalhadora, inclusive aquelas relacionadas à orientação sexual e identidade de gênero. Reconhece-se, ainda, que muitas formas de violência contra pessoas LGBTQIAPN+ no ambiente de trabalho são sutis, naturalizadas ou veladas, exigindo formação e sensibilidade política para identificação e enfrentamento.

Entre as ações desenvolvidas no âmbito da CUT e da CONFETAM, destacam-se: processos de formação sindical voltada ao letramento LGBTQIAPN+ para dirigentes; participação em Paradas e atos públicos de luta LGBTQIAPN+; realização de reuniões e espaços mensais de estudo; acompanhamento e defesa de políticas públicas de equidade, como, por exemplo, a proposta de cotas para pessoas trans em concursos públicos; orientação e assessoria a sindicatos de base para procedimentos e encaminhamentos diante de situações de

LGBTfobia no ambiente de trabalho.

Tais ações reforçam a compreensão de que o movimento sindical é também um espaço de disputa simbólica e política pela ampliação de direitos e pela construção de ambientes laborais livres de discriminação.

O CEPROL Sindicato reafirma seu compromisso permanente com a promoção da igualdade, da justiça social e da defesa incondicional dos direitos da população LGBTQIAPN+. Reconhece-se que há ainda um longo caminho a ser percorrido, tanto na ampliação da participação de trabalhadoras/ies/es nos coletivos, quanto na consolidação de políticas institucionais de combate à LGBTfobia. Contudo, compreende-se que a organização e o engajamento são processos contínuos e que cada ação contribui para a transformação social.

Assim, convidamos a categoria a somar-se às discussões e construir coletivamente um movimento sindical que seja, de fato, plural, democrático e comprometido com a dignidade de todas as pessoas. A inserção da pauta LGBTQIAPN+ no CEPROL representa continuidade histórica das lutas sociais e amplia a potência transformadora do sindicalismo. Há desafios, mas há também movimento, participação e compromisso sociopolítico. O convite permanece aberto: somar, participar, construir.



1ª Marcha da Classe trabalhadora LGBTQIAPN+

O dirigente do CEPROL Fábio Martins e a Professora Sara Figueiredo estiveram na 1ª Marcha da Classe trabalhadora LGBTQIAPN+, na Caminhada das Mulheres Lésbicas e Bissexuais e na Parada do Orgulho de São Paulo, lutando em defesa da vida e dos direitos da comunidade LGBTQIAPN+, realizada no dia 20 de junho de 2025, na cidade de São Paulo (SP), que reuniu milhares de trabalhadoras e trabalhadores de diversas regiões do país com lema “Em defesa dos direitos, da democracia e da vida”. O ato denunciou a precarização das condições de trabalho, o desemprego, a retirada de direitos, o avanço da fome e da pobreza, além da destruição de políticas públicas essenciais. Também pautou a valorização do serviço público, a revogação de reformas trabalhistas e previdenciárias que atacam a classe trabalhadora, e a luta por justiça social e soberania nacional. Realizada nas ruas do maior centro urbano do país, a 1ª Marcha da Classe Trabalhadora se consolidou como um marco de unidade e resistência popular, reafirmando o papel estratégico da classe trabalhadora LGBTQIAPN+ na construção de um futuro mais justo, diverso, democrático e igualitário para o Brasil.

No dia seguinte (21/06), a Caminhada das Mulheres Lésbicas e Bissexuais de São Paulo reuniu mulheres em luta contra o machismo, a lesbofobia, a bifobia e outras formas de opressão. O ato, realizado no centro da cidade, foi um espaço de resistência, celebração e denúncia, com reivindicações por direitos, visibilidade e políticas públicas voltadas às mulheres lésbicas e bissexuais. A Parada do Orgulho LGBTQIAPN+ de São Paulo aconteceu em 22 de junho de 2025, na Avenida Paulista, reunindo milhões de pessoas em uma celebração de resistência, diversidade e visibilidade sob o tema “Envelhecer LGBTQIAPN+: Memória, Resistência e Futuro”. Lançamento do “Guia de Boas Práticas sobre Bissexualidade na Mídia”. O guia está disponível no nosso site do CEPROL.



1ª Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIAPN+

O CEPROL participou da 1ª Conferência Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIAPN+ (16/05) em São Leopoldo, no Auditório do Centro Medianeira, com tema “Construindo a Política Municipal dos Direitos das Pessoas LGBTQIAPN+” em quatro eixos principais: o enfrentamento à violência, o trabalho digno e geração de renda, a interseccionalidade e internacionalização, e a institucionalização da política nacional dos direitos da população LGBTQIAPN+. O dirigente do CEPROL, Fábio Martins, participou como palestrante, da 1ª Conferência Regional LGBTQIAPN+ do Litoral Norte, no dia 27 de junho, um marco na luta por direitos, dignidade e políticas públicas para a comunidade. O evento, realizado no auditório da UFRGS, em Tramandaí, reuniu lideranças importantes, incluindo a deputada federal Daiana Santos (PCdoB), a ativista lésbica Roselaine Dias e a ativista Cléo Araujo. A participação de Fábio Martins reforçou o compromisso do movimento sindical com a pauta da diversidade e dos direitos humanos, destacando a importância da inclusão e do combate à discriminação no ambiente educacional e na sociedade. Organizado pelo Conselho Municipal LGBTQIAPN+ de Tramandaí, em parceria com as Prefeituras de Imbé e Tramandaí, além das respectivas secretarias e conselhos de Direitos Humanos, o evento foi um espaço de diálogo e construção de políticas públicas que garantam vida digna e cidadania para todes.

nia para todes.

4ª Conferência Estadual dos direitos LGBTQIAPN+

Nos dias 1º a 3 de agosto, o dirigente do CEPROL, Fábio Martins, esteve na 4ª Conferência Estadual dos Direitos LGBTQIAPN+, em Porto Alegre, com o tema: “Construindo a Política Estadual dos Direitos das Pessoas LGBTQIAPN+”. As propostas debatidas na conferência ajudaram a formar o Plano Estadual de Promoção dos Direitos Humanos e Cidadania LGBTQIAPN+, garantindo mais inclusão e igualdade no estado. Fábio avalia o evento como um importante mecanismo para a conquista dos direitos da comunidade. “Foram três dias intensos de estudos, análises de dados estatísticos, articulações e debates sobre a construção de políticas públicas para pessoas LGBTQIAPN+. Nossa delegação aprovou o nome da companheira sindicalista, integrante do coletivo LGBTQIAPN+ da CUT, Deise Menezes, como delegada para a Conferência Nacional. Avancamos muito! E a luta continua!”, conclui.

Para o CEPROL, que defende uma educação pública inclusiva e comprometida com os direitos humanos, a valorização da diversidade sexual e de gênero é parte essencial do projeto democrático de escola e sociedade. Seguimos juntos, com orgulho, na luta por respeito, reconhecimento e representatividade.

LGBTQIAPN+: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não-binários e Mais (+)



⁴ Professor da rede Municipal de São Leopoldo, pesquisador em Educação Matemática, Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ensino de Matemática do Instituto de Matemática e Estatística da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

PARALISAÇÃO EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

Contra o Teto de Gastos e a Reforma da Previdência

Os/as professores/as municipais de São Leopoldo realizaram uma paralisação histórica no dia 18 de novembro para protestar contra a Lei de Teto de Gastos, que engessa investimentos nos serviços públicos, e contra a Reforma da Previdência pautada pelo governo Heliomar Franco (PL). Das 50 escolas municipais, 38 paralisaram totalmente as atividades escolares, enquanto as demais fecharam parcialmente. Cerca de 600 professores/as da rede municipal de ensino se fizeram presentes no ato público na Praça do Imigrante, junto à Câmara de Vereadores. Juntamente com apoiadores, o movimento ocupou a Câmara e enfrentou os Cargos de Confiança (CCs) do governo que estiveram em grande número na sessão. O movimento, organizado pelo CEPROL teve como objetivo central alertar a população sobre os riscos que o Teto de Gastos representa para a educação e para todos os serviços públicos.

A paralisação demonstrou a união da categoria em defender os serviços públicos e a educação do município para a população leopoldense. As leis de Teto de Gastos encaminhadas pelo executivo do Governo Heliomar Franco (PL) à Câmara de Vereadores podem ocasionar o desmonte dos serviços públicos municipais de São Leopoldo. As leis foram encaminhadas em regime de urgência e aprovadas pela base aliada do governo (PL, PP, PSD e PDT). Conforme apontamentos do DIEESE (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Econômicos), “tamanha ênfase com a prevenção de déficits não se justifica, pois São Leopoldo não enfrenta crise fiscal e tem registrado superávits recorrentes, evidenciando o equilíbrio das contas públicas. O impacto da aprovação dessas leis incide no enfraquecimento de políticas sociais e do papel do Estado com o estrangulamento progressivo dos investimentos no setor público”.

É preciso estar em alerta constante junto à Câmara de Vereadores como instância legislativa! A maioria dos/as parlamentares optou em ouvir

unicamente o Secretário da Fazenda (Roberto Calazans) do governo Heliomar, mas o mesmo tratamento não foi dado às entidades representativas, como o CEPROL, que possui mais de 40 anos de história no município, impossibilitando o diálogo, o estudo e a análise técnica dos projetos de lei. A Câmara tam-



bém impede a participação da classe trabalhadora ao estabelecer o horário das 17h para as sessões, quando trabalhadores/as como os/as professores/as não conseguem se fazer presentes por estarem trabalhando, privilegiando os CCs que estão a serviço do governo e pressionam determinadas aprovações. Com esta atitude antidemocrática, o governo e sua

base na Câmara de Vereadores impõem à cidade uma lei de Teto de Gastos se utilizando de um discurso de “prevenir déficits” e controle das despesas públicas, sem tratar sobre os efeitos na política de pessoal e nos investimentos públicos. Além disso, prepara o aumento do IPTU, pois a lei obriga o executivo a revisar

comunidades escolares quem defende educação pública para o povo, pois quem vota contra os serviços públicos é inimigo do povo!

Repudiamos a atitude arbitrária e antidemocrática da maioria dos vereadores da base aliada e do governo Heliomar, que, em desrespeito ao diálogo e à participação social, aprovou o Projeto de Lei do Teto de Gastos sem qualquer debate e desconsiderou os alertas sobre os riscos de engessamento dos investimentos e o consequente prejuízo ao atendimento público. Da mesma forma, a atitude desrespeitosa dos CCs do governo, as ofensas proferidas pelo vereador Geison Freitas (PDT) contra os/as professores/as e o discurso de ódio proferido na tribuna da Câmara de Vereadores pelo líder de governo (Daniel Daudt - PL) para desqualificar nossa categoria. Tais atitudes demonstram o desrespeito e legitimam ainda mais as violências nas escolas que estamos enfrentando.

Nosso instituto de previdência (IAPS) também está sendo pautado pelo governo, que instituiu um Grupo de Trabalho de Estudos Previdenciários. O CEPROL participa deste GT e está atento às propostas da administração municipal. Reforçamos que somos contrários/as a Reforma da Previdência e que qualquer mudança no IAPS traz muita responsabilidade com servidores/as que dedicaram sua vida profissional à população leopoldense. Cabe lembrar que o prefeito Heliomar, enquanto candidato, se comprometeu em NÃO implementar nenhuma Reforma da Previdência ao assinar a carta compromisso com a educação no debate do CEPROL e nas pautas específicas da negociação da campanha salarial de 2025.

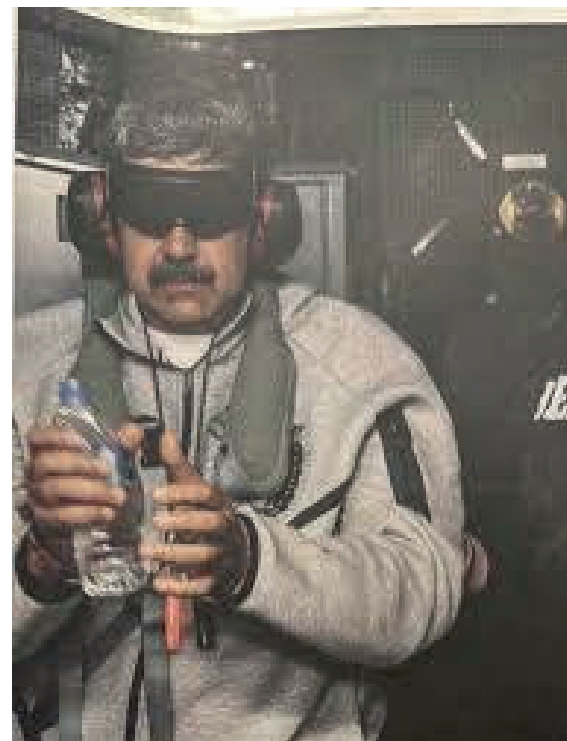
A paralisação obteve êxito ao envolver a comunidade escolar e a população na defesa dos serviços públicos e da educação e no compromisso do GT dos estudos previdenciários de buscar alternativas para garantir o futuro da saúde financeira do IAPS sem modificar as regras para aposentadoria. Reforçamos que a mobilização contra a precarização dos serviços públicos deve ser permanente!

BASTA DE GENOCÍDIO CONTRA O POVO PALESTINO!



Nossa geração testemunha, em tempo real, a destruição de uma civilização: o povo palestino. O que ocorre na Palestina histórica é um genocídio em andamento reconhecido pela ONU, que, apesar de não intervir de forma contundente, reconheceu que os métodos de guerra do Estado de Israel “correspondem aos de genocídio”. A história desta barbárie é uma escalada contínua de mais de 70 anos de agressões, colonização, invasão sobre o território palestino, bombardeios, massacres, privação de suprimentos básicos e ajuda médica, imposição da fome e da sede sobre crianças, mulheres, idosos e inocentes, até chegar ao ponto ex-

plicito e declarado de hoje: o extermínio. A luta do povo palestino por existir, por resistir em sua própria terra, é a luta pela dignidade humana contra a máquina de guerra do colonialismo. É a luta de mães para alimentar seus filhos, é a luta de filhos para protegerem seus pais, é a luta de crianças pelo direito de brincar sem medo de serem mortos por bombas, tiros ou desnutrição. A neutralidade seria cumplicidade. Diante disso, convidamos a categoria a se posicionar em favor da vida, da justiça, do direito internacional e da paz verdadeira, que só pode ser construída sobre os pilares da igualdade, da descolonização, da autodeterminação dos povos e dos direitos humanos. Palestina Livre!



Primeira foto de Maduro após a prisão

EUA sequestra presidente da Venezuela e rouba a maior reserva de petróleo do mundo

No dia 3 de janeiro de 2026, forças militares dos Estados Unidos invadiram o território venezuelano, resultando no sequestro do presidente Nicolás Maduro e da primeira-dama Cilia Flores em sua residência. A operação chefiada por Donald Trump, com objetivo de controlar o petróleo venezuelano, é uma agressão imperialista que viola a soberania nacional da Venezuela. A CUT Brasil emitiu uma nota classificando o episódio como uma afronta à democracia regional e ao Direito Internacional. A nota ratificada pelo CEPROL expressa solidariedade à classe trabalhadora venezuelana, reafirma o direito à autodeterminação do país, a proteção de seus recursos e exige a libertação imediata dos líderes sequestrados, posicionando-se contra a transformação do continente em palco de conflitos alheios aos interesses dos povos latino-americanos.

Pelo direito de migrar: protestos nos EUA desafiam a Política de Imigração de Trump

Mais de 50 cidades dos Estados Unidos registraram manifestações massivas entre os dias 30 e 31 de janeiro de 2026, em protesto contra a deportação massiva de imigrantes, as operações violentas do ICE (Servi-

ço de Imigração e Alfândega dos EUA) e contra as políticas de imigração do governo Trump. A revolta foi desencadeada pelos assassinatos cometidos por agentes do ICE contra dois cidadãos em Minneapolis. Os cartazes erguidos na manifestação denunciavam os métodos agressivos da agência de imigração, enquanto a ampla coalizão de estudantes, trabalhadores e ativistas sinalizava uma indignação civil profunda. O movimento, sustentado por greves e solidariedade comunitária, evidencia a crescente resistência política e social do país em torno do direito de migrar e da própria identidade nacional.



Presidente Lula na COP 30

COP30: O legado de Belém escrito nas ruas e nos rios

A Conferência do Clima de Belém (COP 30) entrará para a história pela força da mobilização popular que ecoou dentro e fora dos corredores de negociação. Para Lu Sudré, do Greenpeace, o evento solidificou que “o legado de Belém foi escrito nas ruas e nos rios”, referindo-se à massiva Marcha Global pelo Clima e à histórica “barqueata” com mais de 200 embarcações no Rio Guamá. Esse poder social teve um resultado concreto: a pressão inédita dos povos indígenas, em número recorde na COP, levou ao anúncio federal do avanço na demarcação de 20 Terras Indígenas durante a conferência. A conquista simboliza o mote da marcha indígena: “A resposta somos nós - demarcar terras é proteger florestas e enfrentar a crise climática”.

EM DEFESA DO IAPS E DAS APOSENTADORIAS: REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Não é de hoje que as nossas aposentadorias estão em risco! Conseguimos barrar a Reforma da Previdência ao longo do tempo e garantimos as aposentadorias de inúmeras colegas. Mesmo que neste momento consideremos uma vitória da paralisação o recuo do governo de pautar as regras de aposentadoria do IAPS, devemos nos manter em permanente estado de vigília para manter a resistência.

A nível nacional, a Reforma da Previdência Social, realizada por meio da Emenda Constitucional 103/2019 (EC 103), alterou a Constituição Federal (CF), não alcançando apenas o Regime Geral de Previdência Social (RGPS), mas os Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores federais, estaduais e municipais. A Emenda Constitucional nº 103 poupou o RPPS de Estados, Distrito Federal e Municípios de terem de aplicar compulsoriamente as novas regras de concessão e cálculo de benefícios estabelecidas para o RPPS dos servidores civis da União. Essas definições passaram a ser de competência do ente subnacional instituidor do Regime Próprio, que tem autonomia para regulamentá-las.

No período de 2019 até a presente data, o município de São Leopoldo (RS) não alterou os critérios de concessão e as fórmulas de cálculo de aposentadorias e pensões do RPPS dele (IAPS), sendo mantidos os que estavam em vigor para todos os RPPS do país antes da EC 103. Entretanto, a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional nº 66/2023 (PEC 66) traz o risco de que, também o RPPS de São Leopoldo seja “fortemente incentivado” a ter regras iguais ou muito semelhantes às que a EC 103 estabelece para o RPPS da União.

A versão da PEC 66, apreciada na Câmara dos Deputados, não obriga os Municípios a aderirem às mesmas regras

de concessão e cálculo dos benefícios do RPPS da União, mas os incentiva a estabelecerem normas assemelhadas. O IAPS possui segregação de massas: FUNDO EM REPARTIÇÃO (Plano Financeiro) com servidores/as ativos que ingressaram ATÉ 31/12/2009; e o FUNDO DE CAPITALIZAÇÃO (Plano Previdenciário) com servidores/as ativos que ingressaram APÓS 31/12/2009. Por óbvio, o Fundo em Repartição apresenta déficits, pois somente sai recursos para as aposentadorias e não ingressam mais ativos que ajudariam os recursos com suas contribuições. A luta em defesa do IAPS perpassa por encontrar o ponto de equilíbrio entre os critérios de aposentadoria e a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial.

Dessa forma, é necessário fazer uma avaliação técnica e criteriosa do estudo atuarial apresentado pela Prefeitura em relação à Portaria nº 1.467/22, a fim de identificar, de modo objetivo, a existência do desequilíbrio atuarial apontado, a sua efetiva extensão e mecanismos mínimos para o seu reequilíbrio, garantindo-se que, se de fato houve a necessidade de alguma reforma nas regras de aposentadoria dos servidores municipais de São Leopoldo, sejam as mínimas possíveis, para que a dose do remédio não seja maior do que o necessário. (Dr Pedro Magadan - OAB 68.843).

O CEPROL acompanha o IAPS há anos, decidimos em participar do Grupo de Trabalho de Estudos Previdenciários para garantir que a empresa Lumens faça diversas projeções de cálculo atuarial que possa auxiliar na continuidade da saúde financeira do IAPS sem mexer nas regras de aposentadorias. Nosso dirigente, Felipe Diego da Silva, tem ocupado a cadeira no Conselho Administrativo e recentemente foi eleito como representante de servidores/as ativos/as do magistério.

**O CEPROL
somos nós!**



Reforma Administrativa: motivos para ser contra

PEC 38/2025: Não é Reforma, é Demolição!

Uma ameaça antiga, potencialmente mais perigosa, ronda os corredores do Congresso Nacional: a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 38/2025. Apresentada como uma “modernização necessária”, especialistas, entidades classistas e movimentos sociais a enxergam como uma reedição da PEC 32/2020, derrotada após intensa mobilização, e um projeto que visa desmontar o serviço público, precarizar direitos sociais e consolidar a submissão do Estado aos interesses do mercado financeiro.

O cerne da controvérsia não está em uma suposta “ineficiência” do Estado a ser corrigida, mas em uma disputa de destino de recursos públicos. De um lado, a necessidade premente de investimentos em saúde, educação, assistência social, segurança e meio ambiente, direitos sociais constitucionalmente garantidos. Do outro, a pressão do sistema da dívida pública, que, segundo dados da Auditoria Cidadã da Dívida, já drena mais de 40% do orçamento federal para o pagamento de juros e amortizações, beneficiando majoritariamente instituições financeiras. A PEC 38 opera nesse contexto, sua função é radicalizar a lógica de austeridade, criando travas constitucionais permanentes que limitem o investimento público e transfiram para a esfera privada, via terceirizações, privatizações e gerenciamento da prestação de serviços que são dever do Estado.

Para a Presidenta da Confederação Nacional dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal (CONFETAM), Jucélia Vargas, a campanha midiática que pinta o servidor como “privilegiado” e o Estado como “inchado” é uma cortina de fumaça. Os números desmentem o mito: o Brasil tem proporcionalmente menos servidores por 100 mil habitantes que países como Argentina, Uruguai, Estados Unidos e a média da OCDE, que quase dobra a proporção brasileira de 12,4% de servidores na força de trabalho. “Não há serviços públicos sem servidores/as, portanto, todo ataque ao funcionalismo é um ataque direto aos direitos da população”.

Levantamento do analista Félix Lopez, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que a maior parte do funcionalismo brasileiro está nos municípios, onde os salários são baixos e as desigualdades mais profundas. De acordo com os dados apresentados, 60% dos 12 milhões de vínculos de trabalho do setor público brasileiro estão no nível municipal. Isso significa que cerca de 7 milhões de servidores trabalham diretamente nas prefeituras, nas escolas e nos serviços locais - e é entre eles que se concentram os menores rendimentos. A mediana da remuneração municipal, o valor que divide o grupo em duas metades, é de R\$ 2.640, abaixo até da mediana da remuneração no serviço público - o ponto em que metade ganha menos e metade ganha mais - que é de R\$ 3.281, considerando todos os vínculos “Ou seja, metade dos vínculos municipais, cerca de 3,5 milhões de pessoas, recebe até esse valor ou menos. Essa é a realidade da base do funcionalismo no Brasil”, detalha Félix.

Os pontos-chave da proposta revelam um projeto de destruturação profunda

Limite Orçamentário e Sobrecarga de Trabalho: Constitucionaliza um rígido limite para despesas com pessoal, travando a possibilidade de reajustes salariais, concursos e expansão de serviços, mesmo que haja necessidade e receita. O fantasma da sobrecarga de trabalho, já uma realidade, se agravaria.

Fim da Carreira como se Conhece: Institui tabelas únicas de remuneração, achata salários, extingue progressões por tempo de serviço (como triênios) e vincula promoções a “metas” e “disponibilidade orçamentária”. A previsibilidade financeira do servidor some.

Estabilidade Sob Cerco: A estabilidade, longe de ser um “privilegio”, é um pilar para a imparcialidade e continuidade dos serviços. A PEC condiciona à avaliação de desempenho meritocráticas e à existência de acordos de resultados, abrindo brechas para demissões.

Terceirização e Precarização Estimuladas: Exige que, antes de um concurso, se avalie a “execução indireta” (terceirização) da atividade. É um convite à privatização interna e à substituição de servidores concursados por mão de obra temporária e sem os mesmos direitos.

Confisco de Direitos Históricos: Abole licenças-prêmio, restringe adicionais de insalubridade e periculosidade, veda aumentos retroativos e acaba com a paridade de aposentados com ativos em verbas variáveis.

Jucélia Vargas (Presidenta da CONFETAM)



A PEC que fragiliza o serviço público e prejudica toda a população

“É um manual completo para desvalorizar, desmotivar e fragilizar quem mantém o Estado funcionando. O resultado só pode ser a piora na qualidade do serviço entregue ao cidadão”, reforça a Presidenta da CONFETAM.

A pressão das ruas e dos gabinetes

surgiu efeito. “Foram diversas reuniões em Brasília, com parlamentares de todos os campos políticos, um trabalho exaustivo da Confederação, com participação de nossos sindicatos da base, que culminou na grande Marcha dos Serviços Públicos contra a Reforma Administrativa. Mostramos nossa força e nossa capacidade de mobilização. Somos uma categoria unida e consciente. Sabemos fazer a boa luta e defender os direitos da nossa classe e da

população que atendemos”, ressalta Jucélia.

Até o fim do ano de 2025, 33 deputados retiraram suas assinaturas de apoio à PEC, um movimento simbólico que demonstra o desgaste da proposta. O ano eleitoral de 2026 também pode ser um obstáculo para a votação de uma matéria tão impopular. Mas apesar do cenário aparentemente favorável, a luta está longe do fim. O presidente da Câmara, Hugo Motta (REP-PB), já sinalizou a intenção de usar uma manobra regimental perigosa: apensar a PEC 38 a outra proposta já pronta para votação no Plenário. Essa estratégia pularia etapas fundamentais de discussão em comissões, levando a votação a toque de caixa.

“A ameaça da reforma só acaba com a proposta completamente enterrada. Não podemos baixar a guarda”, alerta Jucélia Vargas. (Presidenta da Confetam)

Marcha Nacional dos Serviços Públicos contra a Reforma Administrativa em Brasília

No dia 29 de outubro, a direção do CEPROL participou em Brasília da grande Marcha Nacional dos Serviços Públicos contra a Reforma Administrativa. Esse movimento, junto com a pressão nas redes sociais e nos gabinetes, desfez um cenário que parecia favorável à PEC da Demolição: parlamentares perceberam o enorme desgaste de tocar em um tema que prejudica a população e os servidores. O isolamento do presidente da Câmara, Hugo Motta, que tentou emplacar a reforma, mostra que a mobilização popular é fundamental.



CEPROL ALÉM DAS FRONTEIRAS: porque a luta é coletiva!

INTERNACIONAL: FILIAÇÃO À INTERNACIONAL DOS SERVIÇOS PÚBLICOS - ISP

Em assembleia, o CEPROL aprovou sua filiação à Internacional dos Serviços Públicos (ISP), fortalecendo sua atuação no cenário internacional e somando-se a uma ampla rede de sindicatos que lutam por justiça social, direitos trabalhistas e igualdade de gênero em todo o mundo. Um passo histórico em sua trajetória com a filiação à ISP, uma das maiores federações sindicais globais, o CEPROL reforça o compromisso com uma pauta sindical conectada aos desafios globais enfrentados pela classe trabalhadora e fortalece a organização coletiva em defesa dos serviços públicos. A ISP atua conectando sindicatos de servidores públicos de todo o mundo, dando força global a lutas locais. Sua atuação é crucial para a Pressão em fóruns internacionais, como a OIT, por convenções que protejam os trabalhadores, Campanhas mundiais em defesa dos serviços públicos e contra a privatização e enfrentamento a problemas globais, como a violência de gênero no trabalho. Para o CEPROL, essa filiação significa mais poder de articulação para as lutas das professoras leopoldenses, inserindo suas demandas, como o combate à violência nas escolas, em uma agenda sindical internacional. É a categoria ganhando voz no mundo.

NACIONAL: DIREÇÃO DA CONFEDERAÇÃO DOS/ AS TRABALHADORES/ AS DO SERVIÇO PÚBLICO MUNICIPAL - CONFETAM

No 4º Congresso da Confetam, realizado entre os dias 09 e 12 de abril, em Beberibe, no Ceará, debatemos o tema “Superando desafios, protegendo direitos: a luta dos(as) municipais em tempos de ataques”. O encontro reuniu dirigentes sindicais de todo o país em um momento decisivo para os trabalhadores municipais, diante de sucessivos ataques aos direitos do funcionalismo público. A direção do CEPROL participou ativamente do Congresso e a delegação integrou debates estratégicos sobre conjuntura política, justiça tributária, negociação coletiva e a defesa do serviço público.

Durante o 4º Congresso da CONFETAM, a presidenta do CEPROL, Cris Mainardi, foi eleita para a direção nacional. A atuação de Cris Mainardi, reconhecida por sua firmeza combativa, foi essencial para garantir essa importante conquista. Como integrante do Conselho Fiscal, Mainardi retoma a participação do CEPROL na Confederação, um passo para fortalecer a luta em defesa dos direitos dos(as) servidores(as) públicos(as) municipais, das aposentadorias, por melhores condições de trabalho e pela defesa dos serviços públicos para todos(as). A eleição fortalece a representatividade do CEPROL e da categoria das professoras leopoldenses nos espaços de poder do movimento sindical, projetando nossas demandas locais em uma arena nacional e trazendo para cá a força da luta coletiva.



ESTADUAL : DIREÇÃO DA CENTRAL ÚNICA DOS/AS TRABALHADORES/AS DO RIO GRANDE DO SUL - CUT/RS

A 17ª Plenária Estadual da CUT-RS, com o tema “A vida não tem hora extra”, ocorreu nos dias 22 e 23 de agosto, no Salão de Atos Pompéia, em Porto Alegre. O encontro reuniu dirigentes, delegados e delegadas eleitos nas assembleias de base para debater a conjuntura, fortalecer a organização sindical e construir coletivamente um plano de lutas estadual alinhado às diretrizes da CUT Nacional.

Ao final da Plenária, a Presidenta Cris Mainardi foi eleita para compor a Direção Estadual da CUT-RS e delegada para a Plenária Nacional da CUT Brasil, representando o setor dos Servidores Públicos Municipais. “É uma honra representar os trabalhadores e trabalhadoras nestes importantes espaços de luta e um compromisso de seguir na linha de frente da luta coletiva e em defesa dos serviços públicos como um bem comum e essencial para toda a sociedade”, destaca a Presidenta do CEPROL e diretora da CUT RS, Cris Mainardi. Para o CEPROL, este momento fortalece a representação e a luta por políticas e serviços públicos como alicerces de uma sociedade digna, com valorização e direitos para todas as trabalhadoras e trabalhadores.

O encontro contou com debates e aprovação do Regimento Interno da CUT-RS, apresentação e construção coletiva do Plano de Lutas e momentos culturais. Entre os temas em pauta estão a redução da jornada de trabalho, por meio da campanha “A vida não tem hora extra”, a luta pelo fortalecimento do movimento sindical e dos direitos trabalhistas.

FETAM-RS/CUT é fundada para unificar lutas dos servidores públicos municipais gaúchos

Um marco histórico! No dia 19/11/2025, nasceu a FETAM-RS/CUT (Federação Sindical das Trabalhadoras e dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal do Rio Grande do Sul), uma resposta à necessidade de unificação e fortalecimento dos sindicatos de servidores(as) públicos(as) municipais gaúchos/as. A federação surge filiada e orgânica à CUT e à CONFETAM, consolidando-se como uma entidade de referência na luta por melhores condições de trabalho; salários dignos; políticas públicas que valorizem os serviços municipais. A criação da FETAM-RS/CUT representa um momento único para o movimento sindical no Rio Grande do Sul ao unir diversas categorias de municipais em uma única federação. A entidade amplia a representatividade e a força dos trabalhadores em todas as regiões do estado. A fundação contou com a participação de seis sindicatos que representam diversas regiões do estado: CEPROL - Sindicato dos Professores Municipais de São Leopoldo; SINDISERV - Sindicato Servidores Municipais de Caxias do Sul; SPMG - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública Municipal de Gravataí; SSPMSL - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Santana do Livramento; SSPMVA - Sindicato dos Servidores Públicos do Município de Venâncio Aires; SIMEV/RS - Sindicato dos Municipários de Estância Velha; e SISME - Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Esteio. Na nominata da FETAM-RS/CUT, o CEPROL assume diversos cargos, assim descritos: Cris Mainardi vice-presidenta, Rosi Petersen secretária da mulher trabalhadora, Fabio Martins secretário da diversidade, Felipe Diego da Silva suplente da diretoria e Lucia Brizola suplente do conselho fiscal.

DEFENDER O SERVIÇO PÚBLICO É CUIDAR DE VOCÊ

Durante o mês de outubro, em que se comemora o dia do/a professor/a e do/a servidor/a público/a, os sindicatos em rede, de diversas regiões do estado, se uniram em uma campanha unificada pela conscientização da população pela defesa dos serviços públicos como bem comum de toda a comunidade. Fazem parte do grupo “Sindicatos em Rede” as seguintes entidades: CEPROL (São Leopoldo), SISME (Esteio), SIMEV (Estância Velha), SINTESA (Sapucaia do Sul), SINDISERV (Caxias do Sul), SPMG (Gravataí), 14º Núcleo do Cpers (São Leopoldo) e CUT/RS. Nos mobilizamos realizando panfletagem, campanhas online, reuniões com parlamentares, diálogo com a comunidade para disseminar a mensagem de que é urgente defender os serviços públicos para garantir o cuidado de quem mais precisa deles: as crianças que vão à escola pública, as pessoas que fazem tratamento no SUS, as famílias que são assistidas pela assistência social, todas as pessoas que são atendidas por algum serviço público e podem e devem lutar para defender esse bem comum. O serviço público pode e deve melhorar, mas é necessário investimentos públicos nas diversas áreas. Temos que lutar contra as terceirizações e privatizações, contra a mercantilização do setor público.

A verdade é que os/as trabalhadoras/es do serviço público da linha de frente como professores/as, enfermeiros/as, guardas municipais, assistentes

sociais (etc) estão sobrecarregados/as com a precarização e não dão mais conta de atender as demandas e a população fica desassistida. É um sutil projeto de empresários e políticos inimigos do povo de desmonte, com objetivo de fragilizar o setor público para instituir o discurso de que os serviços não funcionam, para que a própria população clame pela privatização. Por isso, nós temos que lutar por investimentos de recursos públicos e contra qualquer “Teto de Gastos”. Nós, que trabalhamos, usamos e precisamos desses serviços, somos os maiores interessados em defendê-los. A proposta não é fingir que está tudo bem, mas lutar para que melhore! As comunidades devem estar junto com servidores e servidoras públicas para melhorar o serviço público, sem sucateamento e com direitos trabalhistas e sociais garantidos. Para tanto, é preciso fortalecer os espaços de gestão democrática, participando ativamente dos conselhos e instâncias de decisões coletivas. Nas eleições de 2026 fique atento/a e vote em quem defende o serviço público! Boa escola pública, saúde eficiente e segurança que funcione **NÃO É FAVOR POLÍTICO. É OBRIGAÇÃO.** O serviço público é um patrimônio de todos nós. Quando os Servidores Públicos lutam por melhores condições de trabalho, é para melhor atender **VOCÊ! DEFENDER OS SERVIÇOS PÚBLICOS É CUIDAR DOS FILHOS, DOS PAIS, DA COMUNIDADE E DE CADA UM/A!**

HISTÓRIAS DE LUTAS



Marcha na Avenida Independência por melhores condições de trabalho e valorização salarial. 2015.

10 Anos da Greve

Em 2025, o CEPROL Sindicato celebra os 10 anos da histórica greve dos professores municipais de São Leopoldo, ocorrida em 2015, um marco de resistência e mobilização da categoria. Durante 64 dias de paralisação, o sindicato liderou intensas manifestações, enfrentou repressão e se manteve firme na luta por reajuste salarial e melhores condições de trabalho, mobilizando centenas de educadores. A data reforça a importância da organização coletiva e evidencia a força do CEPROL como protagonista na defesa dos direitos das professoras e na construção de uma educação mais justa e democrática.

Em alusão à este marco na nossa história, resgatamos as paródias de luta que construímos durante a Greve e publicamos em nosso canal do Youtube. Acesse apontando a câmera do seu celular para o QRcode abaixo:

Assista aos vídeos apontando a câmera do seu celular para este QR Code



35 anos do CEPROL Sindicato

Também neste ano o CEPROL completa 35 anos desde seu Registro Sindical, um marco histórico que consagrou oficialmente esta entidade como a legítima representante da categoria docente de São Leopoldo. Hoje, com imenso orgulho, celebramos uma trajetória construída a muitas mãos. Cada aula ministrada com dedicação, cada direito conquistado com luta e cada voz que se levantou em defesa da classe se entrelaçam para formar a forte, representativa e resiliente instituição que somos hoje.

O CEPROL é feito de gente, e é por gente que a gente luta. Que venham mais 35 anos de união, de vitórias e de cuidado com cada professor e professora desta cidade. Obrigada a todas que fazem e fizeram parte dessa história. Vida longa ao CEPROL!

O CEPROL foi fundado anteriormente, em 1983, como Centro de Professores. Só em 13 de setembro de 1990 conquistou o Registro, se tornando o CEPROL Sindicato.

SIMEV



SINDISERV

14º NÚCLEO CPERS



CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO: sem retrocessos e com ousadia

O CEPROL se envolveu ativamente da construção do Novo Plano Nacional de Educação (2024-2034), através da participação da Presidenta Cris Mainardi, que compõe o Comitê Diretivo da Campanha Nacional pelo Direito à Educação representando os três estados da região Sul do Brasil, construindo coletivamente um Caderno de Emendas ao Projeto de Lei que Regulamenta o Novo PNE (PL 2.614/2024).

O novo Plano Nacional de Educação (PNE), legislação que é considerada a espinha dorsal da educação brasileira, está tramitando no Congresso Nacional e precisa recuperar metas em retrocesso e estagnadas em prol da garantia do direito à educação a todas as pessoas. Sua construção deve garantir a participação ampla da comunidade educacional, fortalecer a gestão democrática da educação e ter foco em qualidade, inclusão e financiamento adequado. É esse o tom do Caderno de Emendas produzido pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação ao Projeto de Lei (PL) 2.614/2024, do novo PNE, em tramitação no Congresso Nacional.

“Esse caderno mostra nossa intenção de contribuição substantiva e preocupada com a melhoria do texto do novo PNE. É preciso ouvir a comunidade educacional e ter um PNE que recupere os retrocessos que vivemos recen-



CAMPANHA
NACIONAL PELO DIREITO À
EDUCAÇÃO

temente por uma série de instabilidades políticas, econômicas e sociais. E estamos trabalhando para isso”, afirma Andressa Pellanda, coordenadora geral da Campanha. As 351 propostas de emendas, dizem respeito a todas as etapas e modalidades da educação básica e superior e foram construídas pelo trabalho de 17 organizações e integrantes do Comitê Diretivo da Campanha, do qual a Presidenta do CEPROL, Cristiane Mainardi, representa a Região Sul (RS, SC e PR).

O teor das centenas de emendas indicadas pela Campanha condiz com as defesas históricas da entidade, a maior e mais plural articulação do campo da educação, contendo centenas de grupos e entidades distribuídas por todo o país. “A Campanha mantém a tradição de aperfeiçoar os textos legislativos de forma técnica, para a promoção do direito à educação. Foi o que fizemos com o PNE 2014-2024, com o Fundeb e é o que fizemos agora”, diz Daniel Cara, professor da FE-USP e coordenador honorário da Campanha.

Parte das emendas propostas pela Campanha defendem garantias de:

Financiamento e CAQ: para estabelecer e implementar o padrão mínimo de qualidade da educação básica, tendo como referência o Custo Aluno-Qualidade Inicial (CAQi) e o Custo Aluno-Qualidade (CAQ), inclusive contextualizado para o campo, os territórios indígenas, quilombolas, de comunidades tradicionais e das zonas urbanas, assim como fatores específicos, como no CAQi Amazônico. Uma das principais estratégias é equalizar a capacidade de financiamento da educação básica entre os entes federativos dentro do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), de modo a aumentar a sua efetividade para a superação das desigualdades sociais, raciais e territoriais na capacidade de financiamento das redes públicas de ensino e para o aumento da equidade no acesso dos alunos aos recursos públicos da educação básica. O sistema CAQi-CAQ foi constitucionalizado em 2020 pela Emenda 108 do novo Fundeb e foi criado pela Campanha.

Sistema de Avaliação: para regulamentar, até o final do primei-

ro ano de vigência da nova Lei, o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica – Sinaeb, contendo indicadores relativos a características como o perfil do alunado e do corpo das/os profissionais da educação, as relações entre dimensão do corpo docente, do corpo técnico e do corpo discente, a universalização do atendimento escolar, a valorização dos profissionais da educação, a infraestrutura das escolas, os recursos pedagógicos disponíveis, a gestão democrática, a superação das desigualdades educacionais entre outras relevantes. O Sinaeb, que está na Constituição Federal de 1988 e foi concebido com extensa participação da Campanha e do Centro de Estudos Educação e Sociedade (Cedes) da Unicamp.

Gestão democrática: para promover do princípio da gestão democrática da educação pública, por meio de conselhos e fóruns de educação, e também junto às comunidades escolares, com especial incentivo à organização estudantil por meio de grêmios, associações, observatórios, grupos de trabalho, entre outros, como forma de aprendizagem dos princípios dos direitos humanos, da ética, da convivência e da participação democrática na escola e na sociedade, na construção dos documentos curriculares e de gestão da educação integral em tempo integral.

Torna obrigatória, por exemplo, a participação de representações indígenas, quilombolas e do campo nos Conselhos de Educação, Conselhos de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB e Conselhos de

Alimentação Escolar. Também, inclui explicitamente, no Objetivo 17, o controle social no planejamento, e na gestão, no monitoramento e na avaliação das políticas educacionais, de forma a reforçar o compromisso com uma gestão democrática mais abrangente e efetiva.

Diversidades, inclusão e interseccionalidades: para a superação das desigualdades educacionais e a erradicação de todas as formas de preconceito de origem, raça, etnia, sexo, gênero, orientação sexual, cor, e idade e de formas de discriminação, consideradas as interseccionalidades. São explicitadas as populações indígenas, quilombolas, povos e comunidades tradicionais e do campo, e com deficiência, para a garantia de educação especial, educação bilíngue de surdos, educação do campo, a Educação de Jovens e Adultos (EJA), educação escolar indígena e educação escolar quilombola, assim como as modalidades, incluindo estudantes em unidades de atendimento socioeducativo. São respeitadas as especificidades culturais e sociais dos respectivos povos e etnias em seus territórios, com superação das desigualdades e inclusão.

“Após nossas reivindicações por um processo de tramitação sólido, já sentimos que a Comissão Especial está mais aberta à construção de um Plano ousado e que tenha raízes fortes para sua implementação, com qualidade para as escolas e construído de forma participativa. Esperamos seguir nessa sintonia”, afirmou Pellanda.

A APROVAÇÃO DO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO: UM MARCO HISTÓRICO PARA A EDUCAÇÃO BRASILEIRA

Foi sancionada a lei que institui o Sistema Nacional de Educação (SNE), um marco histórico resultado de décadas de luta de educadores e movimentos sociais. O SNE organiza a cooperação entre União, estados e municípios para implementar políticas educacionais.

A principal conquista da lei é a regulamentação do Custo Aluno-Qualidade (CAQ), mecanismo que vincula financiamento a parâmetros mínimos de qualidade.

Embora a aprovação seja uma vitória coletiva, a implementação efetiva do SNE exigirá vigilância e participação contínua da sociedade para que se torne uma realidade transformadora.

Ceprol nas Escolas

A Direção do CEPROL visitou, durante o ano diversas escolas do município para dialogar com a Categoria e reforçar a mobilização em defesa da educação pública, da valorização docente, das aposentadorias e dos serviços públicos. Veja os registros das visitas:



EMEF Castro Alves



EMEF Olímpio Albrecht



EMEF Rui Barbosa



EMEF Grinberg



EMEF João Goulart



EMEI Brinco de Princesa



EMEF Emílio Meyer



EMEI Girassol



EMEF Maria Edila



EMEF Padre Orestes



EMEF Edgard Coelho



EMEF Dilza Flores



EMEF Franz L. Weimann



EMEI Jardim Verde



EMEF Oswaldo Aranha



EMEF Paulo Beck



EMEI Bem me Quer



EMEF Chico Xavier



EMEI Amor Perfeito



EMEI Jesus Menino



EMEF Paul Harris





Ainda Estou Aqui é uma adaptação cinematográfica do livro autobiográfico de Marcelo Rubens Paiva, que narra a emocionante trajetória de sua mãe, Eunice Paiva, durante a ditadura militar no Brasil. Ambientada em 1970, a história retrata como a vida de uma mulher casada com um importante político muda drasticamente após o desaparecimento dele, capturado pelo regime militar. Forçada a abandonar a rotina de dona de casa, Eunice (Fernanda Torres/Fernanda Montenegro) se transforma em uma ativista dos direitos humanos, lutando pela verdade sobre o paradeiro do marido e enfrentando as consequências brutais da repressão. O filme explora não apenas o drama pessoal de Eunice, mas também o impacto do regime militar na vida de milhares de famílias brasileiras, destacando o papel das mulheres na resistência. Com uma narrativa profunda e sensível, *Ainda Estou Aqui* traz à tona questões de perda, coragem e resiliência, enquanto revisita um dos períodos mais sombrios da história do Brasil. A obra é um tributo à força de Eunice Paiva, que, contra todas as adversidades, se torna uma figura central na luta pelos direitos humanos no país.



O Dilema das Redes – *O Dilema das Redes* nos mostra como os magos da tecnologia possuem o controle sobre a maneira em que pensamos, agimos e vivemos. Frequentadores do Vale do Silício revelam como as plataformas de mídias sociais estão reprogramando a sociedade e sua forma de enxergar a vida.



Apocalipse nos Trópicos – Em *Apocalipse nos Trópicos*, a cineasta Petra Costa mergulha na interseção alarmante entre religião e política no Brasil. Este documentário revela como o movimento evangélico, com sua ideologia apocalíptica, desempenhou um papel crucial na ascensão de Jair Bolsonaro à presidência e levanta questões sobre a ameaça de uma teocracia nacional. Integrando a mostra principal fora de competição no renomado evento italiano, o filme oferece uma visão inédita dos bastidores do poder, acompanhando figuras proeminentes como o presidente Lula, o ex-presidente Bolsonaro e o influente televangelista Silas Malafaia. Petra Costa expõe a crescente influência dos líderes religiosos na política brasileira e revela como sua visão do fim dos tempos molda suas estratégias e decisões. *Apocalipse nos Trópicos* não só captura as consequências dessa crescente guerra ideológica, mas também destaca a dificuldade em suprimir o fundamentalismo religioso, sugerindo que ignorar essa dinâmica pode ter repercussões ainda mais profundas e drásticas para o futuro do país. O documentário é uma análise incisiva e inquietante de como a religião e a política podem se entrelaçar, impactando profundamente a democracia e a sociedade.



Livro: A escola não é uma empresa – Em *A escola não é uma empresa*, o sociólogo Christian Laval discute a crise de legitimidade da escola em tempos de avanço neoliberal e coloca em xeque os valores embutidos em termos hoje correntes na educação, como “inovação” e “eficiência”. A obra faz um diagnóstico geral das mudanças nos sistemas educacionais influenciadas pelo chamado neoliberalismo escolar.

Laval mostra como o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico, entre outros órgãos, pressionam os sistemas de educação nacionais a fazer com que as instituições de ensino e os profissionais que nelas trabalham se moldem às necessidades do capitalismo contemporâneo. Vendidas como modernizadoras, medidas como as provas padronizadas e ideias como as de capital humano e de competências e habilidades se prestam mais a atender interesses do mercado que à formação e emancipação dos estudantes.

INSTITUTO
CONHECIMENTO
LIBERTA

Parceria ICL:
Mais de 300 cursos
GRATUITOS COM
CERTIFICADO para
sócias/os do CEPROL.
Em parceria com o
Instituto Conhecimento
Liberta (ICL), que
oferece um universo
de conhecimento para
nossas sócias e sócios
como formação política
e capacitação para
qualificar o trabalho.
Entre em contato pelo
WhatsApp do CEPROL
(51) 99639-5132 para
se inscrever e começar a
estudar hoje mesmo!

Plebiscito Popular

Com mais de 2 milhões de votos, o Plebiscito Popular 2025 acolheu a opinião do povo brasileiro sobre o fim da escala 6x1, a isenção de Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais e a taxação dos super-ricos. A campanha, que se estendeu por 103 dias, encerrou em 12 de outubro e foi um marco da mobilização popular com urnas espalhadas por todo o país. O CEPROL participou ativamente da mobilização, com urnas virtuais em todas as escolas, ações nas redes sociais, articulação do movimento no município e participação em atos unificados com a CUT.

A partir da expressiva participação da população, a isenção de IR avançou no Congresso Nacional que se viu obrigado a acatar a vontade do povo após muita luta e pressão de movimentos sociais e sindicais. Apesar de o Plebiscito encerrado, a luta pelo fim da escala desumana 6x1 continua para que todos os trabalhadores, e principalmente as mulheres trabalhadoras, tenham tempo livre para investir em seus projetos, em lazer, em estudo, descanso, família e amigos. Trabalhar 6 dias e folgar 1 é uma condição de adoecimento físico e emocional. A vida não tem hora extra. Junte-se a essa luta e vamos conquistar mais esse direito com mobilização.

O DIEESE lançou uma Calculadora do IR que, a partir do seu salário, mostra qual a economia anual e mensal com a proposta de isenção até R\$ 5 mil em vigor. Simule no site do DIEESE apontando sua câmera do celular no QRcode abaixo:

Aponte a câmera do seu celular para este QR Code para acessar a calculadora



Descongela

No dia 12/1/2026, o Presidente Lula (PT) sancionou o PLP 143 que prevê o descongelamento da contagem do tempo de serviço público para fins de vantagens temporais paralisados pela Lei Federal nº 173/20. Graças a organização dos sindicatos a nível nacional, e a pressão do funcionalismo público, fica revogado o dispositivo da 173 que criava o “congelamento”, permitindo-se a interpretação de que a contagem dos tempos retome suas datas originais. Trata-se de uma vitória, porque o magistério público poderá receber seus quinquênios e licenças-prêmios na data original, antecipando o pagamento destas verbas em relação às datas que estariam previstas com o congelamento da Lei 173/20. Porém, o eventual pagamento retroativo ficará dependendo da capacidade financeira de cada ente, bem como os limites de gastos com pessoal definidos pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Esses retroativos devem ser objeto da nossa luta coletiva junto ao Sindicato. Esta é uma conquista importante, um reparo da retirada de direitos de quem esteve na linha de frente durante a Pandemia mantendo o atendimento educacional e garantido o serviço público para a população com compromisso e dedicação.

SOMENTE A LUTA GARANTE DIREITOS!

A Proteção de Dados como Pilar da Luta Sindical:

A Trajetória do CEPROL sob a LGPD Desde a sua implementação definitiva em 2024, a adequação à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) deixou de ser apenas uma obrigação jurídica para se tornar um diferencial ético no CEPROL Sindicato. Para os Professores Municipais Leopoldenses, a segurança da informação é, acima de tudo, uma extensão da segurança de seus direitos.

Por que a LGPD é Vital para o Sindicato?

O sindicato lida diariamente com o que a lei classifica como dados sensíveis. Informações sobre filiação sindical, histórico de saúde para fins previdenciários e dados bancários exigem uma camada extra de proteção. A implementação realizada pelo CEPROL foca em três pilares:

Transparência: O associado sabe exatamente para que seus dados estão sendo usados.

Segurança Jurídica:

Protege a entidade contra vazamentos e sanções administrativas.

Confiança: Reforça o compromisso do sindicato em zelar pela privacidade de quem educa São Leopoldo.

O Marco de 2020: Da Implementação à Cultura Digital

A partir de 2020, o CEPROL consolidou processos internos que garantem que cada etapa do atendimento ao professor esteja em conformidade com a lei. Isso inclui:

Controle de Acesso: Apenas funcionários autorizados acessam dados específicos da categoria.

Gestão de Consentimento:

Formulários e cadastros agora contam com cláusulas claras de uso.

Descarte Seguro: Dados que não possuem mais base legal para armazenamento são eliminados de forma definitiva.

“Proteger os dados do professor é proteger a sua história e a sua dignidade. No CEPROL, a tecnologia serve à luta, mas a privacidade é inegociável.”

O Futuro da Gestão Sindical

Hoje, em 2026, olhamos para o caminho percorrido e percebemos que a LGPD não “burocratizou” o sindicato, mas sim o modernizou. A digitalização segura permitiu que o CEPROL fosse mais ágil nas comunicações e mais eficiente nas ações judiciais, mantendo o sigilo necessário para as estratégias da categoria.

Daniel Petersen, Especialista em Segurança da Informação e Desenvolvedor

1º Passeio das Aposentadas do Ceprol



No dia 26/11, o CEPROL realizou o Passeio das Aposentadas nas Termas Romanas, em Restinga Seca-RS. Foi um dia de reencontros, abraços apertados, energias de luta renovadas e muitas risadas.

O passeio foi uma justa e carinhosa homenagem àquelas que dedicaram suas vidas a construir os alicerces da educação pública de qualidade no nosso município. As professoras aposentadas são parte fundamental da história do CEPROL. Estiveram na linha de frente das batalhas que garantiram os direitos conquistados pela categoria e seguem nas lutas de hoje.

A direção do CEPROL agradece a presença de cada colega que tornou este dia tão especial. Ver a alegria no rosto de cada uma foi um renovar de energias para seguirmos na luta honrando o legado e as conquistas de quem lutou e luta por todas nós.



BAILE DE MÁSCARAS



QUEM É VOCÊ?



CEPROL NA MÍDIA

BdF

VOZES DA EDUCAÇÃO

Professores de São Leopoldo anunciam paralisação contra teto de gastos e desmonte de serviços públicos

Categoria vai às ruas na terça (18) em alerta a projeto que pode reduzir investimentos sociais e autonomia do município

14.NOV.2025 - 16:19 | SÃO LEOPOLDO (RS) | MARCELA BRANDES



Assembleia do Ceprol aprovou por unanimidade paralisação no dia 13 de novembro, em defesa da educação pública | Crédito: Foto: Marta Bringmann

Sul21

Professores de São Leopoldo fazem paralisação contra teto de gastos municipal

Categoria alerta que medida vai levar ao desmonte dos serviços públicos na cidade, com retirada de milhões em investimentos



Motivos relacionados:

- ✓ Aumento de 1,7% do piso salarial de professores em 2025
- ✓ Paralisação e paralisação: greve de professores de 18 horas
- ✓ Assembleia aprovou o projeto de lei que reduz investimentos em 2025
- ✓ Teto de gastos municipal: 2024
- ✓ Teto de gastos municipal: 2025

Start Comunicação

"Produtividade docente", precarização e baixos investimentos: os desafios da educação em debate



Foto: Andreia Brasser

SÃO LEOPOLDO: nesta semana de celebração pelo Dia dos Professores e professoras, o programa Start News, na última quarta-feira (13), recebeu representantes da categoria para um debate sobre o atual momento da educação em São Leopoldo e no Brasil. Estiveram presentes Felipe Diego da Silva (tesoureiro do CEPROL - Sindicato dos Trabalhadores em Educação Pública de São Leopoldo), Rosi Petersen (vice-presidente da mesma entidade), Neusa Maria Siqueira (professora aposentada) e Sara Faeth Figueiredo (professora da EMEF

abc+

SALÁRIO DOS PROFESSORES

Dissídio: reajuste de 1,7% retroativo a janeiro é aprovado em assembleia do Ceprol

Aumento tem como objetivo equiparar o piso dos professores de São Leopoldo à lei federal do magistério

Amanda Krohn
amanda.krohn@grupomedia.com.br

Publicado em: 14/11/2025 às 17h:02
Última atualização: 14/11/2025 às 17h:02

O reajuste de 1,7% do piso salarial de professores retroativo a janeiro foi aprovado nesta segunda-feira (14) em assembleia do Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses (Ceprol). De acordo com a presidente do sindicato, Cristiane Mainardi, estiveram presentes 119 professores. A mudança foi aprovada por contraste com ampla maioria.

Start Comunicação

São Leopoldo: em sessão na Câmara, CEPROL faz relato de violência contra professores(as) nas escolas municipais



SÃO LEOPOLDO: a violência nas escolas contra professores(as), uma chaga que há muito tempo faz parte do cotidiano escolar, foi o assunto principal da fala da Professora Cris Mainardi, Presidente do Sindicato dos Professores (as) Municipais de São Leopoldo - CEPROL.

Conforme a Presidente do CEPROL, a entidade tem recebido denúncias de inúmeros casos de violências que atingem a categoria de professores (as) municipais leopoldenses, geralmente cometidos por estudantes e familiares que demonstram hostilidade através de ofensas, ameaças, intimidações, agressões verbal, moral, psicológica e até física.

abc+

EDUCAÇÃO

Ceprol entrega manifesto contra o teto de gastos a autoridades municipais

Texto foi aprovado na sessão do Legislativo realizada durante a paralisação dos professores

Eduardo Zanetti
eduardo.zanetti@grupomedia.com.br

Publicado em: 21/11/2025 às 17h:40
Última atualização: 21/11/2025 às 17h:40

O Sindicato dos Professores Municipais Leopoldenses (Ceprol) fez a entrega do documento do manifesto da categoria, na quarta-feira (19) à presidente da Câmara de Vereadores, a vereadora Iara Cardoso, e ao gabinete do prefeito Helomar Franco. De acordo com a presidente da entidade, Cristiane Mainardi, o sindicato se colocou à disposição para dialogar e negociar. O texto foi aprovado, na última terça-feira (18), na sessão do Legislativo durante a paralisação dos professores.

BERLINDA 5 ANOS

DEBATE ESCOLAR: CEPROL DEFENDE CIDADANIA LGBTQIA+ NO MÊS DO ORGULHO



por: Redação | Publicado em: 17 de junho de 2025

Nesta manhã desta terça-feira (17), durante o programa **Berlinda Entrevista**, os dirigentes do sindicato Ceprol e representantes da comunidade escolar debateram a **gestão dos temas LGBTQIA+** em defesa da diversidade nas escolas de São Leopoldo, em alusão ao **Mês do Orgulho Gay**. Participaram o diretor Fábio Martins, a presidente Cris Mainardi e a professora Sara Figueiredo.

BERLINDA 5 ANOS

GERAL

CEPROL lança campanha "BASTA DE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS"



por: Juliana Palhinha | Publicado em: 24 de abril de 2025

O CEPROL Sindicato lançou nesta semana a campanha "Basta de Violência nas Escolas", uma mobilização que visa conscientizar a comunidade escolar sobre a urgência de combater as diferentes formas de violência que têm ameaçado o ambiente educacional em todo o país.

Conforme a presidente Cristiane Mainardi, a ação será intensificada nas redes sociais do sindicato com a



www.ceprouindicato.com



@ceprouindicato



@ceprouindicato8584



/ceprouindicatosl

ACOMPANHE NOSSO SITE E REDES SOCIAIS

**QUEM VALORIZA EDUCAÇÃO PÚBLICA
LUTA POR ELA**



FILIA-SE AO CEPROL

Aponte a câmera
do seu celular
neste QR Code e
JUNTE-SE A NÓS

